

O BALANÇO MIGRATÓRIO DO NORDESTE
NO PERÍODO 1950/70 (*)

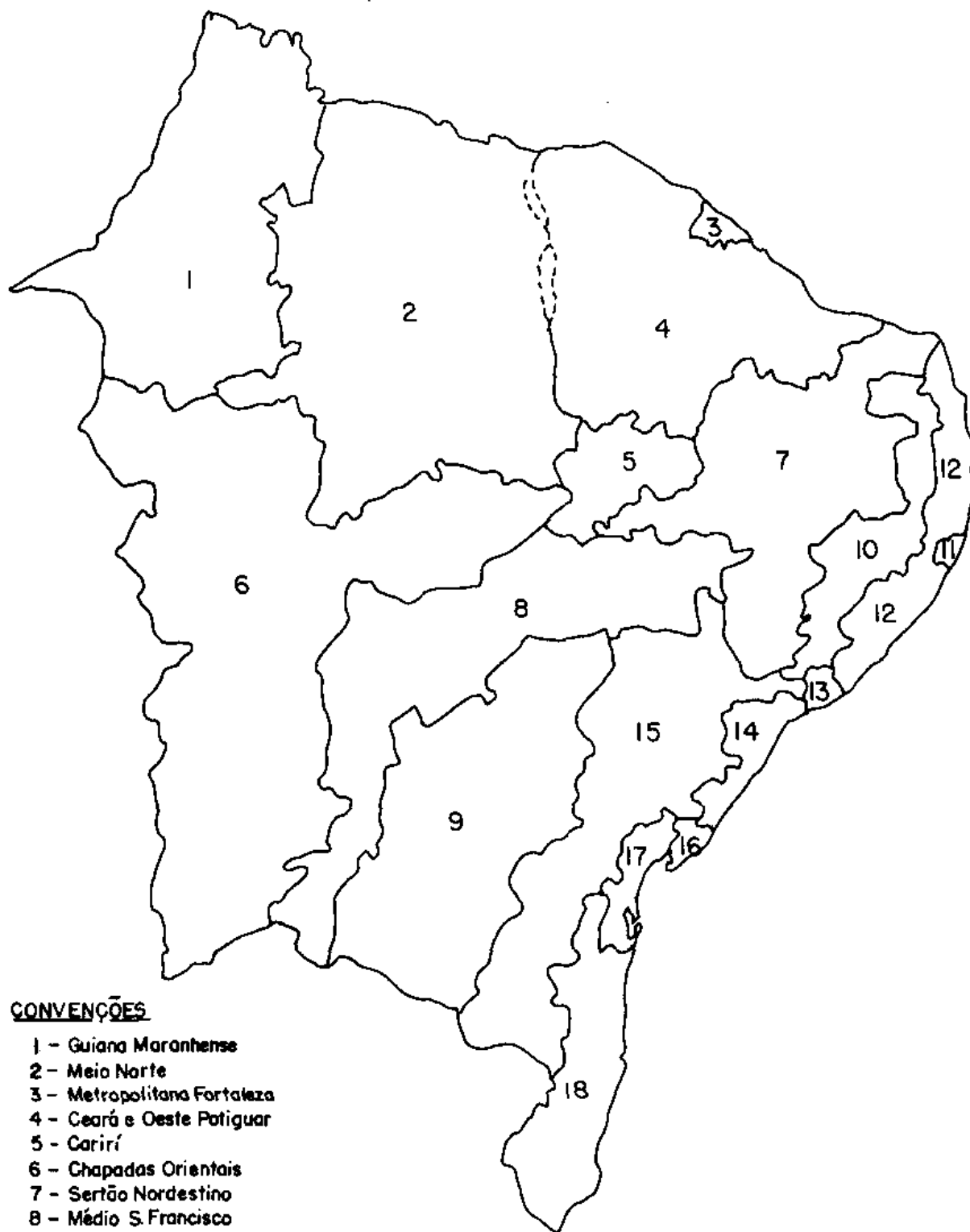
*Hélio Augusto de Moura (**)*

Resumo: O artigo apresenta as variações migratórias líquidas ocorridas no Nordeste durante os decênios cinquenta e sessenta, tanto a nível inter-regional, como entre Estados da própria Região, entre seus quadros urbanos e a nível específico de sub-regiões homogêneas em que se considera o espaço regional. O estudo objetiva apresentar informações razoavelmente fidedignas e detalhadas sobre os fluxos migratórios regionais, de modo a servir de subsídio à elaboração de análise e projeção de tendências sobre a evolução e distribuição da população nordestina. Entre outras constatações a que chega o estudo, vale mencionar, pela sua relevância, as seguintes: a) que a migração nordestina vem tendendo a se tornar cada vez mais um fenômeno de curta distância, a nível intra-estadual, dos quadros rurais para os quadros urbanos; b) que, pelo impacto das migrações passadas, as principais áreas urbanas da Região vêm apresentando incrementos de população majoritários ou crescentemente explicados pelo componente autônomo de crescimento das respectivas populações nelas presentes no início de cada uma das décadas consideradas; c) que, dentre as várias sub-regiões homogêneas em que se dividiu o Nordeste, as Regiões metropolitanas vêm assumindo não apenas o papel principal, mas quase exclusivo, sob o ângulo da absorção líquida de migrantes; d) que os quadros rurais das áreas maranhenses ditas de expansão de fronteiras agrícolas já parecem ter chegado aos limites da sua capacidade de absorção de migrantes, em razão das próprias características em

(*) Este artigo corresponde a um sumário de um documento mais amplo em elaboração, intitulado "Tendências de Crescimento e de Distribuição da População do Nordeste: 1950/1970".

(**) O autor é coordenador do Grupo de Estudos de Demografia e Urbanização do ETENE (BNB). Os conceitos e opiniões emitidos são de sua inteira responsabilidade, não refletindo necessariamente pontos de vista do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

SUB-REGIÕES DO NORDESTE

CONVENÇÕES

- 1 - Guiana Maranhense
- 2 - Meio Norte
- 3 - Metropolitana Fortaleza
- 4 - Ceará e Oeste Potiguar
- 5 - Cariri
- 6 - Chapadas Orientais
- 7 - Sertão Nordestino
- 8 - Médio S. Francisco
- 9 - Chapada Diamantina
- 10 - Agreste Oriental
- 11 - Metropolitana Recife
- 12 - Litoral e Mata Oriental
- 13 - Baixo S. Francisco
- 14 - Litoral Sergipano e Norte Baiano
- 15 - Agreste Baiano
- 16 - Metropolitana Salvador
- 17 - Recôncavo da Bahia
- 18 - Sul da Bahia

que se processou a ocupação desses espaços. São apresentadas outras constatações sobre o fenômeno estudado e desenvolvidas algumas hipóteses explicativas dos principais fluxos.

1. Apresentação

Este artigo apresenta um balanço dos fluxos migratórios ocorridos no período 1950/70, tanto entre o Nordeste e o resto do País como, sobretudo, entre os Estados e quadros de domicílio da própria Região.

Espera-se que através desse balanço, possam ficar definidas as principais orientações e tendências que se vêm observando nas migrações nordestinas, como base para análises mais acuradas e específicas a respeito dos vários aspectos explícitos ou implícitos na problemática migratória regional.

Um segundo objetivo que se tem em mente com a apresentação deste trabalho é o de atualizar, substituir e retificar estimativas anteriores sobre as variações migratórias regionais feitas com base em informações preliminares à época disponíveis sobre o Censo Demográfico de 1970 (Tabulações Avançadas) (1). Apesar de as novas estimativas não terem apresentado, em relação às anteriores, divergências quantitativas que viessem modificar substancialmente as principais conclusões ou inferências anteriormente extraídas, a divulgação dos dados definitivos do Censo impôs a necessidade de proceder à revisão que ora se apresenta. Nesta decisão pesou, inclusive, o fato de ter-se tornado possível detalhar mais o nível de observação do fenômeno e calcular indicadores migratórios mais confiáveis, o que até então a precariedade dos dados disponíveis impedia.

2. Tendências Gerais de Crescimento

A população do Nordeste vem, secularmente, perdendo posição relativa no total do País. Mais recentemente, sua participação declinou de 35%, em 1940, para 30%, em 1970.

Tal declínio está, em grande medida, relacionado às intensas perdas líquidas de população que o Nordeste sofre em favor de outras regiões mais desenvolvidas (ou menos deprimidas) do País. A percepção deste fato pode ser melhor compreendida a partir da observação da Tabela 1, que apresenta

(1) Ver, a propósito, Hélio A. de Moura, "As Variações Migratórias no Nordeste: 1940/70", *Revista Econômica*, no. 14, Out-Dez., 1972, págs. 20 - 47.

um balanço sumário e as taxas de crescimento, no período 1940/70, dos efetivos demográficos classificados segundo situações de naturalidade e de presença. (2)

A análise comparativa dos dados da citada tabela põe em relevo, inicialmente, o fato de ter havido duplicação do efetivo demográfico presente na Região entre os anos extremos do período observado. Este efetivo já se situou, por ocasião do último Censo, em torno de 28,1 milhões de pessoas e estima-se que tenha atingido, na metade da década em curso (1975), cerca de 32 milhões (3). Os dados também revelam que só na década 1960/70, ocorreu intensificação do ritmo de crescimento da população presente no Nordeste, que passou de 2,1% a.a. para 2,4% a.a.

A evolução dos demais contingentes referidos na Tabela 1 leva a situar que a taxa de crescimento da população presente no Nordeste somente não se intensificou, a partir da década dos cinquenta, e não foi mais alta, na dos sessenta, em razão da forte intensidade emigratória que desde então se verificou na Região. Se o Nordeste fosse uma Região "fechada" às correntes migratórias, sua população presente teria, quando menos, crescido a uma taxa entre 2,6% e 2,7% a.a., a partir de 1950.

Realmente, o saldo de naturais ausentes da Região cresceu, entre 1950 e 1960, a um ritmo geométrico anual de 8,8% a.a., taxa esta que foi praticamente o dobro da que se registrara na década dos quarenta (3,7% a.a.). Além da atuação de fatores expulsivos de população, intensamente presentes no Nordeste nessa década, entre os quais várias grandes secas (1950/52 e 1958), é muito provável que se tenham feito sentir também os efeitos exercidos por um elenco de fatores de atração e de fatores intervenientes sobre a mobilidade geográfica da população (construção de Brasília, expansão da fronteira cafeeira do Paraná, "boom" industrial de São Paulo, expansão da construção civil no Rio de Janeiro, integração rodoviária Nordeste/Centro-Sul, melhoria

(2) Cumpre notar que os dados censitários de 1970 referem-se à população residente. Mencione-se também que o total da população presente em 1960 mostra-se algo inferior ao que se acha referido na maioria de outros estudos sobre a população regional, o que se deve ao fato de o trabalho ora apresentado estar baseado nos recém-divulgados resultados finais do Censo Demográfico daquele ano, até então inexistentes para a maioria dos Estados. Por razões atribuíveis a problemas com a "recuperação" dessas informações e/ou esquemas de amostragem adotados, os totais das populações estaduais agora referidos são algo inferiores aos que foram fornecidos anteriormente, quando da divulgação feita dos resultados sumários do Censo de 1970 (Tabulações Avançadas).

(3) Estimativa da F. IBGE contida no Anuário Estatístico do Brasil, 1976.

TABELA 1
NORDESTE (1)
População, Segundo Situação de Naturalidade e de Presença, por Sexo — 1940/1970

DISCRIMINAÇÃO	Milhares de Pessoas				Taxas de Crescimento (% a.a.)		
	1940	1950	1960	1970	1940/50	1950/60	1960/70
I — Homens							
a. Naturais Presentes	7.013,7	8.707,9	10.726,7	13.597,3	2,2	2,1	2,4
b. Naturais Ausentes	415,7	603,0	1.339,3	2.009,1	3,8	8,2	4,2
c. População Natural (a + b)	7.429,3	9.310,9	12.066,0	15.606,5	2,3	2,6	2,6
d. Não-Naturais Presentes (2)	52,5	69,1	89,1	121,1	2,3	3,0	3,1
e. População Presente (a + d) (3)	7.066,5	8.777,0	10.815,7	13.718,4	2,2	2,1	2,4
f. Ganhos (+) ou Perdas (—)							
Migratórias (d—b)	(—) 363,1	(—) 533,9	(—) 1.250,2	(—) 1.888,0	4,0	8,7	4,3
II — Mulheres							
a. Naturais Presentes	7.322,7	9.146,8	11.259,5	14.276,4	2,2	2,1	2,4
b. Naturais Ausentes	294,6	422,0	1.062,8	1.717,0	3,7	9,6	5,0
c. População Natural (a + b)	7.617,3	9.568,9	12.322,3	15.993,4	2,3	2,6	2,6
d. Não-Naturais Presentes(2)	44,9	49,0	80,3	115,9	3,8	2,2	3,7
e. População Presente (a + b) (3)	7.367,6	9.195,8	11.339,8	14.392,2	2,3	2,1	2,4
f. Ganhos (+) ou Perdas (—)							
Migratórias (d—b)	(—) 249,7	(—) 373,0	(—) 982,6	(—) 1.601,1	3,6	10,6	5,1
III — Homens e Mulheres							
a. Naturais Presentes	14.336,3	17.854,7	21.986,2	27.873,7	2,2	2,1	2,4
b. Naturais Ausentes	710,3	1.025,0	2.402,2	3.726,1	3,7	8,8	4,6
c. População Natural (a + b)	15.046,6	18.879,8	24.388,4	31.599,8	2,3	2,6	2,6
d. Não-Naturais Presentes(2)	97,8	118,1	169,3	237,0	3,0	2,6	3,4
e. População Presente (a + b) (3)	14.434,1	17.972,8	22.155,5	28.110,7	2,2	2,1	2,4
f. Ganhos (+) ou Perdas (—)							
Migratórias (d—b)	(—) 612,5	(—) 906,9	(—) 2.232,9	(—) 3.489,1	3,8	9,5	4,7

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: Censos Demográficos

NOTAS: (1) Exclusive Fernando de Noronha; (2) Inclusive brasileiros natos sem especificação do local de nascimento, brasileiros naturalizados e estrangeiros; (3) ligeiras diferenças entre os valores nesta tabela e os que constam em outras do presente trabalho, devem-se a diferenças de conceitos, revisões posteriores feitas pela F. IBGE, etc.

geral do sistema viário e das comunicações, etc), os quais devem ter contribuído fortemente para intensificar os fluxos da emigração nordestina.

Conquanto esses fatores atrativos tenham perdido muito do seu impacto nos anos sessenta, ainda assim continuou substancial o fluxo de nordestinos para o resto do País. Apesar de o saldo acumulado dos naturais ausentes ter evoluído a 4,6% a.a., portanto, bem mais lentamente do que o fizera nos anos cinquenta, o número absoluto dos nordestinos que deixaram a Região na década 1960/70 (1.324 milhares) foi quase que o mesmo registrado entre 1950 e 1960 (1.377 milhares). O fato é que passou de 5%, em 1940, para 10%, em 1960 e para 12%, em 1970, a proporção de população natural do Nordeste a residir fora da Região. A taxa de emigração do contingente natural residente no Nordeste elevou-se de 22 para 76 por mil, entre os anos quarenta e cinquenta e, embora tenha diminuído para 61 por mil durante os anos sessenta, ainda assim situou-se num nível quase três vezes superior ao registrado na primeira dessas décadas.

Ademais, intensificou-se a tendência que já se esboçara nos anos cinquenta de a parcela feminina da emigração nordestina crescer mais rapidamente do que a masculina: entre 1960 e 1970, não só o volume absoluto dos emigrantes de sexo feminino foi superior ao dos anos cinquenta, como chegou até a equiparar-se ao dos homens que emigraram nos anos sessenta. Esta clara tendência à convergência entre as taxas masculina e feminina refletiu-se, no último período intercensitário, no fato de as mesmas terem-se situado bem próximas entre si (63 e 59 por mil) e em perfeita simetria com a respectiva média (61 por mil).

Entre outros fatores que devem ter contribuído para manter significativo, durante os anos sessenta, o volume da emigração nordestina, é possível especular em termos da seca, que em 1970 assolou parcialmente a Região (e já deve estar refletida no Censo do mesmo ano, realizado em setembro), da maior articulação que passou a prevalecer entre a economia do Nordeste e a do resto do País, da exacerbação de outros fatores expulsivos atuantes na Região (pressão demográfica rural, saturação dos mercados de trabalho urbanos, fatores institucionais relativos à posse e uso da terra, etc.) ou, ainda, da preexistência de um volume maior de migrantes nordestinos nas áreas de destino, a contribuir para reduzir alguns obstáculos ao deslocamento (seja através da difusão de informações a parentes e amigos residentes nas áreas de origem, seja através de maiores facilidades e apoio favoráveis à ambientação nas áreas de destino).

Quanto à maior intensidade relativa da migração feminina, caberia considerar, inicialmente, a possibilidade de os dados estarem meramente refletindo a prevalência de uma certa defasagem temporal entre os deslocamentos dos dependentes e agregados femininos e os daqueles migrantes solitários que deixaram a Região em busca de uma situação de vida estável. Contudo, um tanto pelo sentimento, parece mais próprio associá-la não apenas aos vários fatores explicativos da migração em geral para o resto do País (notadamente os que se referem à atenuação dos já mencionados obstáculos e fatores que intervêm sobre a mobilidade geográfica) mas, sobretudo, à dinâmica dos mercados de trabalho feminino nas áreas de origem e nas de destino dos fluxos migratórios. É possível, por exemplo, que o próprio agravamento quanto à saturação dos mercados de trabalho do Nordeste, conjugadamente ao fato de o elemento feminino ser aquele, via de regra, que primeira e ponderavelmente é afetado em tais situações, explique a maior intensidade relativa que se passou a verificar na emigração de mulheres. O fenômeno também pode estar refletindo o maior dinamismo relativo das atividades terciárias mais absorvedoras de mão-de-obra feminina nos grandes mercados de trabalho urbanos do Centro-Sul do País. Como indícios que vêm em reforço a esta hipótese, cabe mencionar que não só se elevou, entre 1960 e 1970, de 64% para 66% a proporção dos naturais ausentes no Nordeste que se encontravam residindo nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e ex-Guanabara (atual cidade do Rio de Janeiro), mas também que tal elevação foi proporcionalmente mais significativa com respeito à parcela feminina (de 61% para 69%). Apesar de a ex-Guanabara — uma cidade tipicamente produtora de serviços — e o antigo Estado do Rio de Janeiro terem apresentado ligeira queda nas suas participações nesse saldo em favor de São Paulo (onde o setor secundário é relativamente mais expressivo), também caiu, neste Estado, entre 1960 e 1970, a proporção homens/mulheres ali residente (4).

Sob o ângulo da imigração, verifica-se que o contingente não-natural residente no Nordeste não chegou, em nenhum dos anos censitários, a representar sequer 1% da população presente. Na realidade, o Nordeste não tem quase expressão como área de atração migratória, admitindo-se que o saldo dos não-naturais presentes esteja mais circunscrito a algumas trocas de população entre os Estados nordestinos e os Estados não-nordestinos fronteiriços e, em menor escala, à presença de pessoal militar e da administração civil transferido para a Região, de funcionários administrativos e operários especializados de empresas do Centro-Sul que possuem filiais no Nordeste, de

(4) Na cidade do Rio de Janeiro, já havia, em 1970, proporção ligeiramente maior de mulheres do que de homens no respectivo saldo acumulado de nordestinos presentes.

pequena parcela de estrangeiros ou, ainda, de descendentes, cônjuges e agregados de migrantes nordestinos que retornaram à Região.

Na realidade, a perda líquida migratória do Nordeste (não-naturais presentes menos naturais ausentes) continuou elevando-se Censo após Censo, não somente em termos absolutos — cerca de 3,5 milhões de pessoas em 1970 — como também em relação ao contingente presente na Região: 4,5% até 1940, 5% até 1950, 9% até 1960 e 11% até 1970.

3. Direção e Intensidade dos Fluxos Migratórios Regionais 1950/70

Pretende-se agora examinar mais detalhadamente as tendências de distribuição da população nordestina. Para isto, foram estimados e serão apresentados os principais fluxos que se geram entre os diversos espaços em que se dividiu o Nordeste: Estados, sub-regiões e respectivos quadros de domicílio. A partir dessas estimativas, calcularam-se medidas sintéticas da migração regional, que possibilitam com mais clareza:

- qualificar as tendências da distribuição dos contingentes demográficos nos vários espaços da Região;

- inferir sobre fatores e circunstâncias mais evidentemente associados à intensidade dos fluxos;

- ajuizar sobre algumas das implicações demográficas, econômicas e sociais dessas tendências.

3.1 — Fluxos Migratórios Estaduais

Apresentam-se, na Tabela 2, os efetivos demográficos dos Estados nordestinos, segundo situações de naturalidade e de presença, e os respectivos saldos líquidos decorrentes das trocas de população desses Estados com o resto da Região e com o resto do País.

TABELA 2
NORDESTE (*)
Balanço Demográfico, Segundo Situação de Naturalidade e de Presença, por Estados
1950/1960/1970
(milhares de pessoas)

Discriminação	ESTADOS									
	Maranhão	Piauí	Ceará	R.G. do Norte	Paraíba	Pernambuco	Alagoas	Sergipe	Bahia	Nordeste
I. 1950										
1. Naturais Presentes no Estado de Nascimento	1.420,2	958,6	2.584,4	889,7	1.611,3	3.180,1	1.025,6	607,6	4.682,2	16.959,7
2. Naturais Ausentes	100,2	144,9	268,5	103,7	246,8	311,1	207,2	107,5	430,2	1.920,2
2.1. Presentes no Resto do Nordeste	21,4	116,8	141,7	61,0	194,4	169,4	106,3	51,2	32,9	895,1
2.2. Presentes Fora do Nordeste	78,8	28,2	126,8	42,7	52,4	141,7	100,9	56,2	397,3	1.025,0
3. População Natural (1 + 2)	1.520,4	1.103,5	2.852,8	993,3	1.858,1	3.491,2	1.232,8	715,1	5.112,4	18.879,8
4. Não-Naturais Presentes	163,1	87,1	111,1	78,3	101,9	215,1	67,6	36,7	152,4	1.013,2
4.1. Naturais do Resto do Nordeste	152,7	84,7	98,5	74,2	98,4	198,6	65,1	34,9	87,8	895,1
4.2. Naturais de Fora do Nordeste	10,3	2,4	12,5	4,0	3,5	16,5	2,5	1,8	64,5	118,1
5. População Presente (1 + 4)	1.583,2	1.045,7	2.695,5	967,9	1.713,3	3.395,2	1.093,1	644,4	4.834,6	17.972,8
6. Ganhos (+) ou Perdas (-) Migratórias (4 - 2)	62,9	- 57,8	- 157,4	- 25,4	- 144,8	- 96,1	- 139,7	- 70,8	- 277,9	- 907,0
6.1. Em Relação ao Nordeste (4.1. - 2.1.)	131,4	- 32,1	- 43,2	13,2	- 95,9	29,2	- 41,2	- 16,3	54,9	-
6.2. Em Relação a Outras Regiões do País (4.2. - 2.2.)	- 68,5	- 25,8	- 114,2	- 38,7	- 48,9	- 125,3	- 98,5	- 54,4	- 332,8	- 907,0
II. 1960										
1. Naturais Presentes no Estado de Nascimento	2.025,9	1.147,7	3.178,2	1.067,0	1.897,3	3.850,6	1.158,8	712,6	5.677,1	20.715,3
2. Naturais Ausentes	166,4	313,7	591,5	201,4	419,1	650,0	316,5	189,0	825,7	3.673,1
2.1. Presentes no Resto do Nordeste	27,3	239,8	295,0	77,0	230,3	216,0	89,4	62,0	34,2	1.270,9
2.2. Presentes Fora do Nordeste	139,1	73,9	296,5	124,3	188,8	434,0	227,1	127,1	791,5	2.402,2
3. População Natural (1 + 2)	2.192,3	1.461,4	3.769,7	1.268,3	2.316,4	4.500,6	1.475,3	901,6	6.502,8	24.388,4
4. Não-Naturais Presentes	451,5	101,5	111,4	73,9	93,8	229,9	97,3	39,2	241,8	1.440,2
4.1. Naturais do Resto do Nordeste	440,2	98,7	99,6	69,6	89,7	207,0	92,9	36,3	137,0	1.270,9
4.2. Naturais de Fora do Nordeste	11,3	2,8	11,7	4,3	4,1	23,0	4,4	2,3	104,8	169,3
5. População Presente (1 + 4)	2.477,4	1.249,2	3.289,6	1.140,8	1.991,1	4.080,6	1.256,1	751,9	5.918,9	22.155,5
6. Ganhos (+) ou Perdas (-) Migratórias (4 - 2)	285,1	- 212,2	- 480,1	- 127,5	- 307,3	- 420,0	- 219,1	- 149,8	- 583,9	- 2.232,9
6.1. Em Relação ao Nordeste (4.1. - 2.1.)	412,9	- 141,1	- 195,4	- 7,4	- 140,6	- 9,0	3,5	- 25,7	102,8	-
6.2. Em Relação a Outras Regiões do País (4.2. - 2.2.)	- 127,8	- 71,1	- 284,8	- 120,1	- 166,7	- 411,0	- 222,6	- 124,1	- 686,7	- 2.232,9
III. 1970										
1. Naturais Presentes no Estado de Nascimento	2.570,5	1.562,8	4.211,8	1.458,2	2.268,7	4.859,7	1.472,7	850,3	7.192,5	26.450,1
2. Naturais Ausentes	262,9	364,5	711,1	286,4	622,2	935,2	425,1	267,6	1.274,8	5.149,7
2.1. Presentes no Resto do Nordeste	46,0	238,7	295,5	98,2	268,8	251,1	109,2	68,9	47,1	1.423,6
2.2. Presentes Fora do Nordeste	216,9	125,8	415,6	188,2	353,5	684,0	315,8	198,6	1.227,7	3.725,2
3. População Natural (1 + 2)	2.833,4	1.927,1	4.925,9	1.744,4	2.890,9	5.794,9	1.897,8	1.117,8	8.467,3	31.599,8
4. Não-Naturais Presentes	422,1	117,9	146,8	92,1	113,9	300,9	115,4	50,5	301,0	1.660,6
4.1. Naturais do Resto do Nordeste	403,8	113,9	127,1	84,5	106,1	264,1	104,8	44,7	174,4	1.423,5
4.2. Naturais de Fora do Nordeste	18,3	4,0	19,7	7,6	7,8	36,8	10,5	5,8	126,5	237,0
5. População Presente (1 + 4)	2.992,7	1.680,6	4.361,6	1.550,2	2.382,6	5.160,6	1.588,1	900,7	7.493,5	28.110,7
6. Ganhos (+) ou Perdas (-) Migratórias (4 - 2)	159,2	- 246,6	- 564,3	- 194,4	- 508,3	- 834,3	- 309,7	- 217,1	- 973,8	- 3.489,1
6.1. Em Relação ao Nordeste (4.1. - 2.1.)	357,9	- 124,8	- 168,4	- 13,7	- 162,6	13,0	- 4,4	- 24,2	127,3	-
6.2. Em Relação a Outros Estados do País (4.2. - 2.2.)	- 198,6	- 121,8	- 395,9	- 180,6	- 345,7	- 647,2	- 305,7	- 192,9	- 1.101,1	- 3.489,1

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: F. IBGE - Censos Demográficos
(*) Exclusive Fernando de Noronha.

Tal balanço revela que, ao final do período 1950/70, todos os Estados apresentaram significativas perdas de população. (5)

A principal exceção referiu-se ao Maranhão que, nos vários anos censitários do referido período, apresentou saldos migratórios positivos nas suas trocas de população. Entretanto, tais ganhos foram representados, quase que exclusivamente pela substancial imigração de naturais de outros Estados do próprio Nordeste que ali ocorreu durante o período observado. Assim, nem mesmo o Maranhão tem fugido à regra regional de apresentar elevada emigração líquida para outras regiões do País.

O papel que o Maranhão representou como principal Estado nordestino receptor de população deve estar ligado ao fato de constituir uma área úmida vizinha a regiões semi-áridas, parte da qual, até bem recentemente, era considerada como uma das poucas áreas de penetração e povoamento ainda existentes no Nordeste. Admite-se, geralmente, que o elevado crescimento observado no saldo de naturais de outros Estados do Nordeste presente no Maranhão seja, em grande medida, resultante das secas (1950/1952 e 1958) que, naquele decênio, afetaram de forma generalizada a zona semi-árida do Nordeste, particularmente os Estados do Ceará e do Piauí.

Informações censitárias adicionais indicam, porém, que, ao final do referido período, mais da metade das pessoas que tinham migrado diretamente de um município de um outro Estado do Nordeste para o Maranhão, havia declarado uma duração de residência neste Estado superior às das que haviam migrado durante o ano de ocorrência da grande seca de 1958. Conquanto haja possibilidade de ter havido alguma migração de retorno daquelas pessoas que se deslocaram para o Maranhão expulsas pela seca, cabe considerar que os migrantes oriundos do Ceará e do Piauí, classificados em 1960 com duração de residência igual ou inferior a 1 ano, isto é, migrantes que se haviam deslo-

(5) Este balanço, como todos os demais que serão doravante apresentados, baseia-se nas taxas estimadas de crescimento dos contingentes naturais de cada Estado presentes no País (não apresentadas). Adverte-se, porém, que os incrementos intercensitários verificados na população natural ausente acham-se referidos aos estoques de população natural residente nos Estados respectivos em início do período, e não a todo o estoque da população natural desses mesmos Estados (residentes e ausentes). Tal distinção foi adotada a fim de evitar que as estimativas fossem afetadas pela maior ou menor importância relativa assumida pela parcela dos naturais não-residentes nos Estados de nascimento. Como se sabe, os filhos de migrantes são computados como naturais dos novos locais em que nasceram, o que introduz um viés significativo ao se estimar, por esse processo, o crescimento natural da população de cada área.

cado em período durante o qual os efeitos da mencionada seca já estariam normalizados, montaram à cifra bastante expressiva de 30 mil pessoas por ano. Ademais, 35% dos migrantes oriundos do Piauí e do Ceará achavam-se domiciliados no Maranhão havia mais de 5 anos, em 1960. São indícios significativos de que não se pode atribuir às secas papel exclusivo no que toca à explicação do substancial fluxo de migrantes que se orientou para o Maranhão durante os anos cinquentas, ou pelo menos, de que elas não se teriam revestido de um caráter puramente episódico, nem tampouco temporário. É mais provável que o substancial fluxo migratório ocorrido durante esse período tenha decorrido não somente dos fatores expulsivos de natureza permanente prevaletentes nas áreas de origem, como também de uma série de ocorrências que a eles se conjugaram, entre as quais cabe mencionar a própria abundância de terras públicas então existentes no Maranhão, a abertura de estradas, o maior conhecimento e a difusão de informações prestadas por parentes e amigos migrantes que se deslocaram tangidos por secas anteriores, etc. A própria seca pode ter constituído apenas um "impulso" para as populações rurais afetadas nas áreas de origem por problemas relacionados, por exemplo, com a posse e uso da terra, cujos efeitos transcenderiam a natureza meramente episódica ou temporária da migração provocada por outras calamidades. Tudo isso deve ter contribuído, precipitado e facilitado o acesso de agricultores sem terra e com poucos conhecimentos tecnológicos às abundantes terras virgens maranhenses, onde passaram a desenvolver uma agricultura de certa forma nômade, sempre em busca de novas áreas para derrubar a mata e plantar durante uns poucos anos, antes de exauri-las, e de mudarem novamente. (6)

Contudo, no período 1960/70, o fluxo migratório para o Maranhão arrefeceu fortemente. O saldo dos naturais do resto do Nordeste presentes ao Maranhão mostrou-se, em 1970, algo inferior ao de 1960. Conquanto isto possa, em alguma medida, estar relacionado à qualidade dos dados censitários, não se acredita que tais distorções tenham sido de grandeza suficiente para contraditar essa observação geral. Não é possível precisar as causas do arrefecimento havido entre os anos cinquentas e os anos sessenta no fluxo migratório do resto do Nordeste para o Maranhão, embora seja possível, a partir de informações e observações esparsas disponíveis, levantar algumas hipóteses bastante consistentes. Entre elas, cabe considerar a possibilidade de ter havido

(6) Cf. J. A. Robatto Orrico et. al., *Pesquisa Exploratória sobre o Arroz no Maranhão*, BNB/ETENE, mimeo, s/data. Os autores também referem que, na zona rizícola, "...a tecnologia é tão primitiva que se poderia considerar tudo de atividade extrativa no sentido da conservação dos recursos. É visível e dramática no sentido de sua destruição, pois só no primeiro ano é que há condições de se produzir algo economicamente".

um rápido processo de apropriação e estruturação do sistema de posse e uso das terras maranhenses, que foram ficando à retaguarda das frentes pioneiras (7), associado a uma rápida exaustão da quantidade disponível de novas terras para a prática de uma agricultura tão exigentemente extensiva (em termos de área (8). Ademais, o processo de pecuarização, que se vem introduzindo com base em grandes projetos, deve ter também contribuído para cercear, diminuir ou eliminar as possibilidades de absorção, no Maranhão, de pessoas ou famílias de menor condição econômica residentes no resto do Nordeste. Também a política de industrialização regional pode ter gerado fortes expectativas quanto à possibilidade de obtenção de empregos nas áreas urbanas, contribuindo para desviar para as cidades parte dos fluxos que, de outra forma, se orientariam para os quadros rurais daquele Estado.

A Bahia e Pernambuco foram os outros Estados da Região a apresentar, em 1970, saldo positivo nas suas trocas de população com o resto do Nordeste. Essas trocas mostraram-se, entretanto, pouco significativas, se consideradas em relação à importância demográfica que tais Estados assumem no total regional, tendo em vista que nos mesmos se localizam as áreas urbanas por excelência da Região: Regiões Metropolitanas do Recife e de Salvador. Os saldos positivos atinentes às trocas intra-regionais de população desses dois Estados com os demais não são suficientes para compensar as elevadas perdas que os mesmos experimentam nas suas relações com outras Regiões do País. Em números absolutos, tais perdas são as que mais avultam dentre todas as que se verificam a nível dos Estados do Nordeste.

A Tabela 3 apresenta as percentagens que os saldos dos naturais ausentes representaram sobre os respectivos contingentes totais.

As proporções mais elevadas disseram respeito, em 1970, aos Estados de Sergipe, Alagoas e Paraíba, cujos saldos de naturais ausentes já corresponderam a mais de uma quinta parte (quase uma quarta parte, no primeiro

(7) A Introdução no Relatório do BNB – 1968, às págs. 43/45, alude à "... total insegurança dos agricultores quanto à sua permanência na terra que passam a cultivar, sujeitos como estão às frequentes manobras de **grilagem** que são praticadas". E, citando O. Valverde, descreve os procedimentos adotados na prática dessa **grilagem**, para concluir que "... a grilagem das terras vai, a bem dizer, minando a retaguarda das frentes pioneiras".

(8) A partir dos dados censitários, identifica-se que em 1970, a vaga migratória pioneira para os quadros rurais já teria atingido a fronteira ocidental do Estado. Ver Hélio A. de Moura et al., *Nordeste: Migrações Inter e Intra-Regionais: 1960/70*, SUDENE, Recife, 1975.

caso), das respectivas populações naturais. Nota-se também terem os Estados do Piauí e do Ceará apresentado, entre 1960 e 1970, decréscimo na relação em comentário. Tal decréscimo associou-se, sobretudo, à retração havida na emigração de cearenses e piauienses para o resto do Nordeste e, em especial, para o Maranhão. Conquanto quase todos os demais Estados tenham apresentado reduções semelhantes, estas não foram significativas o bastante para reduzir-lhes, entre 1960 e 1970, as respectivas taxas de emigração global (emigração para todos os destinos).

Considerando exclusivamente a emigração para fora do Nordeste, verifica-se que os Estados de Sergipe e Alagoas são aqueles que apresentam as maiores proporções de suas populações naturais presentes no resto do País: 18% e 17%, respectivamente. O Estado da Bahia, cuja emigração para o resto do Nordeste tradicionalmente tem-se mostrado quase nula (em termos relativos), situou-se, no caso da emigração para fora do Nordeste, na terceira posição regional, com uma taxa da ordem de 15%. Seguiram-se-lhe os três Estados do chamado saliente nordestino — Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco — com proporções em torno de 11% e 12%, enquanto os Estados da porção mais ocidental — do Ceará para cima — apresentaram percentuais entre 6% a 8%. Aliás, o Piauí e o Ceará foram, além do Maranhão, os Estados que apresentaram, em todos os anos observados, taxas mais baixas de emigração para fora do Nordeste.

Uma tendência que já se vinha manifestando e que se generalizou, na última década, para quase todos os Estados da Região, foi a de ter a migração de nordestinos para o resto do País passado a ser, em relação aos respectivos contingentes naturais, mais significativa do que a migração para outros Estados do próprio Nordeste. Embora o arrefecimento dos fluxos migratórios para o Maranhão durante a última década deva estar fortemente associado a tal ocorrência, particularmente no que respeita aos casos do Piauí e do Ceará, cabe considerar tratar-se de uma ocorrência que já se vinha alastrando paulatinamente na direção Sul-Norte do espaço regional, Censo após Censo. É possível que, no fundo, esteja refletindo a gradual expansão do capitalismo central do Sudeste à Região periférica do Nordeste, quando se faz sentir toda uma série de articulações, vinculações e implicações maiores que determinam, entre outras coisas, uma maior integração do mercado de trabalho nacional. Em 1950, por exemplo, a ocorrência mencionada dizia respeito apenas aos Estados de Sergipe e Bahia, isto é, aqueles mais próximos aos mercados de trabalho mais dinâmicos do resto do País, enquanto que, a partir de 1960, também se tornou extensiva a Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Norte e, em 1970, aos demais Estados, com exceção do Piauí. Este, talvez por ser

TABELA 3
Proporção da População Natural Ausente do Estado de Nascimento, Segundo Residência
1950, 1960, 1970 – (em %)

Estados de Nascimento	Naturais Residentes no Resto do Nordeste			Naturais Residentes fora do Nordeste			Naturais Residentes fora do Estado		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970
Maranhão	1,4	1,2	1,6	5,2	6,3	7,7	6,6	7,6	9,3
Piauí	10,6	16,4	12,4	2,6	5,1	6,5	13,1	21,5	18,9
Ceará	5,0	7,8	6,0	4,4	7,8	8,4	9,4	15,7	14,4
R. G. do Norte	6,1	6,1	5,6	4,3	9,8	10,8	10,4	15,9	16,4
Paraíba	10,5	9,9	9,3	2,8	8,2	12,2	13,3	18,1	21,5
Pernambuco	4,8	4,8	4,3	4,1	9,6	11,8	8,9	14,4	16,1
Alagoas	8,6	6,1	5,8	8,2	15,4	16,6	16,8	21,4	22,4
Sergipe	7,2	6,9	6,2	7,9	14,1	17,8	15,0	21,0	23,9
Bahia	0,6	0,5	0,6	7,8	12,2	14,5	8,4	12,7	15,1

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: F. IBGE – Censos Demográficos

vizinho do Maranhão, foi o único que, em 1970, ainda apresentou proporção maior (embora em declínio) de seus naturais ausentes residindo no resto do Nordeste.

3.2 Migrações Líquidas, Segundo Quadros de Domicílio

Os incrementos ocorridos em cada um dos decênios do período 1950/70, nos efetivos demográficos aos Estados nordestinos, foram estimados segundo os seguintes níveis de abrangência dos fluxos migratórios:

- a) intra-estadual, por quadros de domicílio;
- b) intra-regional, por Estados e quadros de domicílio;
- c) interregional.

Tais estimativas acham-se apresentadas nas Tabelas 4 e 5, sendo esta última uma consolidação de tais fluxos a nível do Nordeste como um todo. (9)

Segundo esta última tabela, verifica-se ter atingido a 5,7 milhões o número líquido das pessoas que deixaram os quadros rurais do Nordeste durante o vintênio 1950/70. Deste, 3,0 milhões, aproximadamente, ingressaram nos quadros urbanos da própria Região e cerca de 2,7 milhões emigraram para outras Regiões do País.

Observa-se que a emigração rural do Nordeste não arrefeceu de intensidade absoluta entre os anos cinquenta e os anos sessenta, tendo-se elevado de 2,6 milhões para pouco mais de 3 milhões de pessoas entre os anos cinquenta e os anos sessenta (ver linha 2.5 da Tabela 5). A nível dos Estados, apenas o Piauí e o Ceará apresentaram redução sensível no volume absoluto de pessoas que deixaram os respectivos quadros rurais. Sendo esses dois Estados notoriamente conhecidos como os que mais são atingidos pelas secas, supõe-se que o fato esteja relacionado, em alguma medida, com a menor frequência e intensidade com que o fenômeno climático incidiu sobre os mesmos na mais recente dessas décadas. Tais fluxos mantiveram-se praticamente nos mesmos níveis absolutos em Pernambuco e em Sergipe, e apresentaram sensíveis ele-

(9) A necessidade dessa consolidação decorre do fato de o somatório de alguns detalhamentos dos fluxos estaduais nem sempre corresponderem à abrangência do fenômeno a nível regional.

vações nos Estados do Rio Grande do Norte, da Bahia e do Maranhão. Por razões que se admite já terem sido suficientemente consideradas, o fluxo emigratório rural deste último Estado avultou, na década 1960/70, a cerca de 160 mil pessoas, mais do dobro, portanto, do que se registrara no decênio 1950/60 (66,5 mil pessoas).

Observando as emigrações rurais dos Estados nordestinos segundo a sua destinação (ver linhas 2.5.1 a 2.5.3 da Tabela 4), já se registrou terem as migrações líquidas entre Estados da própria Região apresentado redução sensível durante a década 1960/70. Isto se associou ao fato de as áreas rurais maranhenses terem perdido sua importância como absorvedoras de migrantes oriundos do resto da Região. Note-se, por exemplo, que nos anos cinquenta, de um total de cerca de 375 mil pessoas que deixaram os quadros rurais e migraram intra-regionalmente (ver total da linha 2.5.2 da Tabela 4), nada menos de 250 mil foram absorvidas pelos quadros rurais maranhenses (ver primeira célula da linha 2.3.1 da Tabela 4). Entretanto, nos anos sessenta, não só a intensidade absoluta desse fluxo diminuiu para umas 150 mil pessoas, mas estima-se que os próprios quadros rurais maranhenses tenham também liberado o equivalente a cerca de 75 mil não-naturais anteriormente neles residentes. Também nos anos sessenta, as emigrações rurais do Piauí e do Ceará para outros Estados do Nordeste tornaram-se praticamente nulas, valendo até mesmo notar que os quadros rurais piauienses passaram de emissores de população para o resto do Nordeste (123 mil pessoas entre 1950 e 1960), a apresentar ligeiro saldo imigratório (1,1 mil pessoas). É bem possível que isto esteja, em alguma medida, a refletir alguma migração de retorno de não-naturais do Piauí ali anteriormente domiciliados em quadros rurais, que teriam emigrado para o Maranhão durante o auge dos fluxos que para lá se orientaram.

Quanto à parcela equivalente às emigrações rurais líquidas para fora da Região, correspondeu, nos anos sessenta, a volume apenas ligeiramente inferior (em cerca de 50 mil pessoas) ao registrado nos anos cinquenta. Entretanto, a emigração extra-regional somente apresentou, entre uma e outra década sob observação, aumento absoluto significativo nos casos dos fluxos que se originaram na Bahia e na Paraíba.

Já os fluxos migratórios rurais-urbanos intra-regionais passaram a constituir, na década de sessenta, o tipo mais expressivo de todos, tendo a sua magnitude absoluta crescido de 1,3 milhão para 1 milhão de pessoas (ver rubricas 1.3.1 ou 2.5.1 da Tabela 4). Trata-se de um fenômeno de natureza mais intra-estadual, não tendo chegado a 250 mil o número líquido dos

TABELA 4

Variações Demográficas dos Estados do Nordeste Entre Anos Extremos das Décadas 1950/60 e 1960/70.

Segundo Situação da Naturalidade e da Presença dos Contingentes, Por Quadros de Domicílio.

(Em milhares de pessoas)

DISCRIMINAÇÕES	Maranhão	Piauí	Ceará	R.G.Norte	Paraíba	Pernambuco	Alagoas	Sergipe	Bahia	Total
I. 1950/60										
1. Quadros Urbanos										
1.1. Δ Líquido Observado	168,7	121,8	423,8	173,7	238,5	661,0	134,7	86,1	798,6	2.805,9
1.2. Δ Estimado p/Crescimento Natural da População Presente (*)	129,8	63,6	240,8	78,4	130,2	369,8	67,9	62,8	370,7	1.514,0
1.3. Δ do Contingente Não-Natural do Estado (* *)	38,6	6,8	0,1	-2,4	-4,6	9,9	11,7	1,5	45,5	105,1
1.3.1. Δ dos Naturais do Resto do Nordeste	38,5	6,6	0,6	-2,5	-4,9	5,6	11,0	0,8	25,5	81,2
1.3.2. Δ dos Naturais de Outras Regiões do País	0,1	0,2	-0,5	0,2	0,3	4,3	0,7	0,7	21,0	27,0
1.4. Δ da Imigração (+) ou Emigração (-) Interdomiciliar do Estado (1.5. - 1.3)	0,3	51,4	182,9	97,8	113,2	281,3	55,1	21,8	381,4	1.185,0
1.5. Δ da Imigração (+) ou Emigração (-) Total (1.1 - 1.2)	38,9	50,2	183,0	95,4	108,6	291,2	65,8	23,3	427,9	1.293,3
2. Quadros Rurais										
2.1. Δ Líquido Observado	725,4	81,7	170,4	-0,9	39,4	24,4	28,2	21,3	285,6	1.375,5
2.2. Δ Estimado p/Crescimento Natural da População Presente (*)	542,1	294,2	676,2	196,4	328,4	639,6	174,6	123,7	1.019,5	3.994,7
2.3. Δ do Contingente Não-Natural do Estado (* *)	249,8	7,6	0,1	-1,9	-3,5	5,0	18,0	1,0	43,0	319,1
2.3.1. Δ dos Naturais do Resto do Nordeste	249,0	7,4	0,5	-2,1	-3,8	2,8	16,8	0,6	23,7	294,8
2.3.2. Δ dos Naturais de Outras Regiões do País	0,9	0,2	-0,3	0,1	0,3	2,2	1,2	0,4	19,3	24,3
2.4. Δ Estimado p/Crescimento Natural Retido pelos Quadros Rurais (2.1 - 2.3)	475,6	74,1	170,3	1,0	47,9	19,4	10,2	20,3	242,6	1.050,4
2.5. Δ da Imigração (+) ou Emigração (-) Rural	-68,5	-220,1	-505,9	-195,4	-285,5	-620,2	-154,4	-103,4	-776,9	-2.936,3
2.5.1. Δ Para Quadros Urbanos do Próprio Estado	-0,3	-51,4	-182,9	-97,8	-113,2	-281,3	-55,1	-21,8	-381,4	-1.185,0
2.5.2. Δ Para Outros Estados do Nordeste	-5,9	-123,0	-153,3	-16,0	-35,9	-46,6	+15,9	-10,8	-1,3	-37*
2.5.3. Δ Para Outras Regiões do País	-60,3	-45,7	-169,7	-81,6	-136,4	-292,3	-125,2	-70,8	-394,2	-1.377,2
II. 1960/70										
1. Quadros Urbanos										
1.1. Δ Líquido Observado	309,0	244,2	676,7	309,9	307,0	982,4	210,6	124,3	1.036,4	4.200,5
1.2. Δ Estimado p/Crescimento Natural da População Presente (*)	209,6	109,0	391,0	132,1	195,2	579,2	99,8	89,2	607,4	2.415,5
1.3. Δ do Contingente Não-Natural do Estado (* *)	41,2	20,7	29,7	16,3	16,3	60,2	16,8	10,8	58,7	277,7
1.3.1. Δ dos Naturais do Resto do Nordeste	38,3	19,7	23,9	13,9	13,9	57,3	13,5	8,6	34,5	223,8
1.3.2. Δ dos Naturais de Outras Regiões do País	2,9	1,0	5,8	2,3	2,4	11,9	3,3	2,2	22,2	54,0
1.4. Δ da Imigração (+) ou Emigração (-) Interdomiciliar do Estado (1.5. - 1.3)	58,2	114,5	256,0	161,5	92,5	334,0	94,0	24,3	372,3	1.507,3
1.5. Δ da Imigração (+) ou Emigração (-) Total (1.1 - 1.2)	99,4	135,2	285,7	177,8	108,8	403,2	110,8	35,1	429,0	1.785,0
2. Quadros Rurais										
2.1. Δ Líquido Observado	206,3	187,2	395,3	99,6	64,6	97,6	121,4	24,6	538,3	1.754,9
2.2. Δ Estimado p/Crescimento Natural da População Crescente (+)	431,6	356,8	765,1	344,3	375,5	715,0	322,7	126,9	1.357,3	4.796,2
2.3. Δ do Contingente Não-Natural do Estado (* *)	-70,6	-4,3	5,8	1,9	3,8	1,7	1,2	0,5	2,4	-57,6
2.3.1. Δ dos Naturais do Resto do Nordeste	-74,7	-4,5	3,6	1,0	2,5	-0,2	-1,6	-0,2	2,9	-71,2
2.3.2. Δ dos Naturais de Outras Regiões do País	4,1	0,2	2,2	1,0	1,3	1,9	2,8	0,7	-0,5	13,7
2.4. Δ Estimado p/Incremento Natural Retido pelos Quadros Rurais (2.1 - 2.3)	276,9	191,5	389,5	97,7	80,8	95,9	120,2	24,1	535,9	1.812,5
2.5. Δ da Imigração (+) ou Emigração (-) Rural	-154,7	-165,3	-375,6	-246,6	-295,7	-619,1	-202,5	-102,6	-621,4	-2.983,7
2.5.1. Δ Para Quadros Urbanos do Próprio Estado	-58,2	-114,5	-256,0	-161,5	-92,5	-334,0	-94,0	-24,3	-372,3	-1.507,3
2.5.2. Δ Para Outros Estados do Nordeste	-18,7	+1,1	-0,5	-21,2	-38,5	-35,1	-19,8	-6,9	-12,9	-152,5
2.5.3. Δ Para Outras Regiões do País	-77,8	-51,9	-119,1	-63,9	-184,7	-250,0	-88,7	-71,6	-436,2	-1.323,9

(*) Estimado com base na aplicação, sobre o estoque da população presente em início de cada decênio da taxa de crescimento calculada para a população natural presente no Estado do conjunto dos quadros urbano e rurais.

(* *) Dada a inexistência de informação censitária a respeito para o ano de 1950 admitiu-se, neste caso, a mesma distribuição relativa prevalente em 1960 com respeito à localização domiciliar dos não-naturais presentes no Estado.

Fonte dos Dados Básicos: F. IBGE: Censos Demográficos.

TABELA 5
NORDESTE
 Variações Demográficas Entre Anos Extremos do Período
 1950/70, Segundo a Condição de Naturalidade e de Presença
 dos Contingentes, Por Situação de Domicílio — 1950/70

Discriminação	População (em milhares de pessoas)		
	1950/60	1960/70	1950/70
1. QUADROS URBANOS			
1.1. Variação líquida observada	2.806,9	4.200,5	7.007,5
1.2. Variação natural da população presente	1.514,0	2.415,7	3.929,7
1.3. Variação imigratória (+) ou emigratória (—)	1.293,2	1.785,0	3.078,3
1.3.1 Quadros rurais da região	1.266,4	1.730,9	2.997,3
1.3.2 Outras regiões do país	27,0	54,0	81,0
2. QUADROS RURAIS			
1.2. Variação líquida observada	1.375,5	1.754,9	3.130,3
2.2. Variação natural da população presente	3.994,7	4.796,2	8.790,9
2.3. Variação da população natural presente	1.351,2	1.741,3	3.092,5
2.4. Variação da população não-natural presente	24,3	13,7	38,0
2.5. Variação da emigração rural(—)	—2.643,6	—3.054,8	—5.698,4
2.5.1 Quadros urbanos da região	—1.266,4	—1.730,9	—2.997,3
2.5.2 Para outras regiões do país	—1.377,2	—1.323,9	—2.701,1
3. AMBOS OS QUADROS			
3.1. Variação líquida observada	4.182,4	5.955,4	10.137,8
3.2. Variação natural da população presente	5.508,7	7.211,9	12.720,6
3.3. Variação da população natural presente	4.131,6	5.887,7	10.019,3
3.4. Variação da população não-natural presente	51,3	67,7	129,0
4. GANHOS (+) OU PERDAS (—)			
MIGRATÓRIAS			
4.1. Quadros urbanos	1.293,3	1.785,0	3.078,3
4.2. Quadros rurais	—2.619,3	—3.041,2	—5.660,4
4.3. Ambos os quadros	—1.326,1	—1.256,3	—2.582,3

Fonte: Tabela 4.

migrantes rurais nordestinos que se deslocaram para quadros urbanos de outros Estados da própria Região. Na década 1960/70, os deslocamentos a curtas distâncias passaram a predominar na migração dos nordestinos.

A observação por Estados denota a ocorrência, em quase todos eles, de aumentos absolutos nos fluxos migratórios rurais-urbanos. Tal ocorrência mostra-se particularmente significativa no caso daqueles Estados mais setentrionais, isto é, do Maranhão ao Rio Grande do Norte. No Maranhão, esse fluxo, que quase fora nulo (menos de 500 pessoas) nos anos cinquenta, elevou-se, nos sessenta, para cerca de 60 mil pessoas. Já no Piauí e no Ceará, os aumentos absolutos observados pareceram contrapor-se, de certa forma, aos decréscimos verificados nos respectivos fluxos emigratórios rurais para Estados da própria Região. Isto talvez esteja denotando o fato de a destinação urbana intra-estadual ter passado a constituir, nos sessenta, a alternativa existente para grande parte dos migrantes que tiveram de deixar os quadros rurais cearenses e piauienses e que não tiveram possibilidades nem condições de efetuar migrações a distâncias mais longas, como, por exemplo, para as áreas rurais maranhenses.

As principais exceções à intensificação generalizada ocorrida nos fluxos migratórios rurais-urbanos intra-estaduais verificaram-se para os Estados da Bahia e da Paraíba, cujos incrementos totais registrados referiram-se aos fluxos emigratórios para fora do Nordeste. É possível, no caso da Bahia, que a ocorrência esteja relacionada com a maior proximidade e/ou extensão de sua fronteira com a de outras regiões do País, assim como às maiores facilidades que passaram a existir favoravelmente à migração para o Sudeste do País. No caso da Paraíba, poderia estar refletindo a existência de uma "colônia" já bastante concentrada de naturais desse Estado residentes no Rio de Janeiro (10), a qual atuaria como ímã para esse fluxo, tanto ao propiciar "informações", como ao contribuir para reduzir parte dos custos monetários e não-monetários incorridos pelos migrantes durante a sua fase de adaptação à área de destino.

Chama-se a atenção agora para a Tabela 6, que apresenta, por Estados nordestinos e respectivos quadros de domicílio, algumas medidas sobre a intensidade relativa dos fluxos demográficos regionais em cada uma das décadas do período 1950/70.

Importa notar, em primeiro lugar, que o incremento que se vem registrando na população titularmente urbana da Região explica-se majoritariamente e

(10) Hélio A. de Moura, *op. cit.*, notadamente Tabela 6, pág. 33.

crescentemente pela própria potencialidade de crescimento autônomo desse efetivo (11). Assim, apesar do incremento absoluto incorrido nas migrações rurais-urbanas intra-regionais (e mais particularmente nas intra-estaduais), caiu, entre 1950/60 e 1960/70, de 46,1% para 42,5% o impacto direto que a migração teria exercido sobre o crescimento dos contingentes titularmente urbanos do Nordeste. A nível dos Estados, observaram-se decréscimos nessa participação relativa nas quatro unidades que detêm os maiores efetivos urbanos da Região — Bahia, Pernambuco, Ceará e Paraíba — nas quais o componente autônomo também se apresentou majoritário (isto também se verificou no Maranhão e em Sergipe, embora tal participação tenha se mostrado decrescente entre a primeira e a segunda décadas).

É evidente que conclusões dessa natureza dependem da própria qualidade das estimativas realizadas e respectivas fontes de informações. Contudo, não parecem fugir ao que seria de esperar em decorrência do próprio fortalecimento, pelas migrações passadas, da potencialidade do crescimento dos quadros urbanos regionais. É possível verificar, na estimativa do impacto que a migração do decênio 1950/60 teria provocado sobre o crescimento urbano ocorrido na década subsequente, que, tanto a nível da Região como um todo, como da maioria dos seus Estados (com exceção da Paraíba, Alagoas e Sergipe), resultou majoritária a parcela do crescimento atribuível ao efeito indireto da migração ocorrida na década anterior. (12)

Cabe mencionar, a esta altura, que Graham & Holanda Filho, em estudo sobre as migrações inter-regionais e urbanas do Brasil, observam, até mesmo com certa surpresa, que, no período 1950/60, quando os fluxos globais inter-regionais e urbanos foram mais intensos do que na década anterior, tivesse sido menor a participação do componente migratório sobre o crescimento da população das duas principais capitais brasileiras (Rio e São Paulo) (13). Esses

(11) Cumpre chamar a atenção que, para a estimativa do crescimento autônomo dos efetivos presentes nos quadros urbanos e nos quadros rurais em início de cada uma das décadas sob observação, adotaram-se, independentemente de possíveis diferenciais existentes segundo quadros de domicílio, as taxas intercensitárias de crescimento dos contingentes naturais dos vários Estados.

(12) Para essa estimativa, tomou-se a diferença entre os acréscimos normais de população urbana do período 1960/70, que seriam obtidos se as projeções tivessem como pontos de partida alternativos os efetivos presentes nos quadros urbanos nordestinos em 1950 e em 1960. Foram adotadas, em ambas as projeções, as mesmas taxas de crescimento natural.

(13) Graham, Douglas & Holanda Filho, Sérgio Buarque de, "Interregional and Urban Migration and Economic Growth in Brazil", *Migrações Internas e Desenvolvimento Regional*, CEDEPLAR, Belo Horizonte, mimeo., vol. II, pág. 130.

TABELA 6

Taxas e Relações Pertinentes às Variações de População Ocorridas nas Décadas 1950/60 e 1960/70,

Segundo Situação de Naturalidade e de Presença dos Contingentes,

por Estados e Quadros de Domicílio

Discriminação	Maranhão	Piauí	Ceará	R.G.do Norte	Paraíba	Pernambuco	Alagoas	Sergipe	Bahia	Nordeste
I. 1950/60										
1. Composição Relativa do Incremento na População Urbana (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1.1. Crescimento Natural Líquido	78,9	52,2	56,8	45,1	54,6	55,0	50,4	72,9	46,4	53,9
1.2. Crescimento Migratório	23,1	47,8	43,2	54,9	45,4	44,1	49,6	27,1	53,6	46,1
1.2.1. Migração Líquida dos Quadros Rurais	0,2	42,2	43,2	56,3	47,5	42,6	40,9	29,3	47,8	45,1
1.2.2. Migração de Outros Estados do Nordeste	22,8	5,4	0,1	-1,4	-2,1	0,8	8,2	0,9	3,2	-
1.2.3. Migração de Outras Regiões do País	0,1	0,2	-0,1	0,1	0,1	0,7	0,5	0,5	2,6	1,0
2. % do Fluxo Migratório Rural Bruto s/ População Presente nos Quadros Rurais em Início do Período (*)	5,1	25,2	25,1	27,4	22,7	27,6	20,4	23,5	21,7	20,0
3. Idem, idem do Fluxo Migratório Rural Líquido (**)	14,0	24,3	25,1	27,6	23,0	27,6	18,1	23,3	20,5	19,8
4. % do Fluxo Migratório Rural-Urbano s/ População Presente (Média do Período) nos Quadros Urbanos	0,0	22,2	20,5	25,7	19,7	18,6	15,6	8,8	23,1	20,6
5. Composição Relativa do Incremento na População Presente nos Quadros Rurais Segundo Destino do Fluxo (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
5.1. Retido Pelos Próprios Quadros Rurais	87,7	25,2	25,2	0,5	13,1	3,0	5,8	16,4	23,8	33,8
5.2. Migração p/Quadros Urbanos do Estado	0,1	17,5	27,0	49,8	34,5	44,0	31,6	17,5	37,4	31,7
5.3. Migração p/Outros Estados da Região	1,1	41,8	22,7	8,1	10,9	7,3	-9,7	8,7	0,1	-
5.4. Migração p/Outras Regiões do País	11,1	15,5	25,1	41,5	41,5	45,7	72,3	57,2	38,7	34,5
II. 1960/70										
1. Composição Relativa do Incremento na População Urbana (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1.1. Crescimento Natural Líquido	67,8	44,6	57,8	42,6	64,6	59,0	47,4	71,8	58,6	57,5
1.1.1. Não-Atribuível à Migração no Decênio Anterior	28,8	15,0	22,4	17,1	50,1	23,0	29,7	46,5	12,9	22,9
1.1.2. Atribuível à Migração do Decênio Anterior	39,0	28,6	35,4	25,5	14,5	38,0	17,7	25,3	45,7	34,6
1.2. Crescimento Migratório	32,2	55,4	42,2	57,4	35,4	41,0	52,8	28,2	41,4	42,5
1.2.1. Migração Líquida dos Quadros Rurais	18,0	45,9	37,8	52,1	30,1	34,0	44,6	18,5	35,9	41,2
1.2.2. Migração de Outros Estados do Nordeste	12,4	8,1	3,5	4,5	4,5	5,8	6,4	8,9	3,3	-
1.2.3. Migração de Outras Regiões do País	0,9	0,4	0,9	0,7	0,8	1,2	1,8	1,8	2,1	1,3
2. % do Fluxo Migratório Rural Bruto s/ População Presente nos Quadros Rurais em Início do Período (*)	7,6	17,3	17,2	34,6	22,8	27,5	24,3	22,3	21,2	20,9
3. Idem, idem do Fluxo Migratório Rural Líquido (**)	11,1	17,7	16,9	34,3	22,5	27,4	24,1	22,2	21,2	20,6
4. % do Fluxo Migratório Rural-Urbano s/ População Presente (Média do Período), nos Quadros Urbanos	9,7	27,6	17,6	27,7	10,9	14,4	17,9	6,9	14,5	17,9
5. Composição Relativa do Incremento na População Presente nos Quadros Rurais Segundo Destino do Fluxo (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
5.1. Retido pelos Próprios Quadros Rurais	64,2	53,7	50,8	26,4	21,5	13,4	37,2	19,0	39,5	36,3
5.2. Migração p/Quadros Urbanos do Estado	13,5	32,1	33,5	46,9	24,8	48,7	29,1	19,1	27,4	30,1
5.3. Migração p/Outros Estados da Região	4,3	-0,3	0,1	8,2	10,2	4,9	6,1	5,4	1,0	-
5.4. Migração p/Outras Regiões do País	16,0	14,5	15,6	18,5	43,7	35,0	27,5	56,4	32,1	27,6

NOTAS: (*) Corresponde os valores da Rubrica 2.5. da tabela 4 sobre a população presente nos quadros rurais em início do período.

(**) Corresponde a diferença entre os valores constantes das rubricas 2.3. e 2.5. da tabela 4 sobre a população presente nos quadros rurais em início do período.

autores levantam algumas hipóteses explicativas sobre a ocorrência e aceitam como plausível “a explicação demográfica”, segundo a qual “... once a sizeable migratory component is established in a metropolis it is difficult and in time almost impossible to maintain the same percentage contribution of migration to total urban growth since in the face of a rapidly increasing urban population (in fact brought about through the increasing contribution of the native born children of previous/migrants) (grifo nosso), the rate of migration into the city would have to increase more rapidly than the rate of total population growth” (14). E, após mencionarem que a potencialidade do “reservatório” de migrantes tende a se exaurir, pelo menos no sentido de que se torna incapaz de manter taxas de imigração permanentemente crescentes (mesmo sem que isto signifique declínio absoluto do fluxo migratório), põem em destaque, mais à frente, o fato de a migração ter sobre o crescimento urbano do Brasil importância bem maior do que em outros países latino-americanos (Chile, México, Venezuela), o que acham compreensível pelo fato “... That Brazil has a larger population base than those other countries, a more continental sized geographical area to draw upon as a potential source of migrants and sharper regional differentials acting as stimulants to migration” (15). Concluem, porém, que apesar dessa importância da migração, o incremento autônomo teria passado, a partir de 1950, a desempenhar papel de maior peso sobre o crescimento das principais cidades do País. (16)

Embora se tenha reduzido a parcela relativa correspondente à contribuição direta exercida pelo componente migratório sobre o crescimento dos efetivos urbanos residentes na Região (como percentagem da população urbana média, 21% no decênio 1950/60, contra 18% no decênio 1960/70), não significa dizer que tenha diminuído a participação dos fluxos migratórios rurais sobre os contingentes dos quais se originaram. Na realidade, a propensão a emigrar da população rural manteve-se, para a Região como um todo, a nível alto, tendo até mesmo se elevado de 200 para 209 pessoas por mil residentes rurais (v. linha 2 da Tabela 6).

Observando por Estados, verifica-se que as propensões mais altas a emigrar do período 1960/70 registraram-se nos quadros rurais das Unidades que compõem o chamado “saliente nordestino”: Rio Grande do Norte (346 por mil), Pernambuco (275 por mil), Alagoas (243 por mil) e Paraíba (228 por

(14) Graham, Douglas & Holanda Filho, Sérgio Buarque de, op. cit., pág. 131.

(15) Idem, ibidem.

(16) Idem, ibidem.

mil), seguidas de perto pelas de Sergipe (223 por mil) e Bahia (212 por mil), enquanto que os valores mais baixos referiram-se aos Estados localizados mais ao Norte, isto é, Maranhão (76 por mil), Piauí (173 por mil) e Ceará (172 por mil).

Confrontando tais valores com os que se registraram nos anos cinqüenta, conclui-se, em primeiro lugar, terem sido o Piauí e Ceará os únicos Estados da Região que apresentaram sensível redução na propensão de suas populações rurais a emigrar. Vale acrescentar que, já naquele período, bastante surpreendentemente (se não por outras coisas, pelo menos devido às secas), esses dois Estados só haviam ficado abaixo do Rio Grande do Norte e de Pernambuco, dentre aqueles cujas propensões a emigrar dos quadros rurais eram menos expressivas. Quanto aos demais Estados, a emigração rural cresceu de intensidade relativa no Rio Grande do Norte, no Maranhão e em Alagoas, tendo permanecido algo estável nos Estados restantes.

Apresenta-se, na Tabela 6 (Bloco 5), a composição relativa do incremento natural da população rural segundo os seus três destinos possíveis: permanência nos quadros rurais, emigração para quadros urbanos da própria Região (intra-estadual ou interestadual) ou emigração para fora do Nordeste. De acordo com estas estimativas, teria diminuído, entre os anos cinqüenta e os anos sessenta, de quase 35% para pouco menos de 28%, a importância relativa da emigração para o resto do País, como destino seguido pela população que se estima ter naturalmente derivado em cada decênio, do contingente presente nos quadros rurais da Região. A essa redução teriam correspondido aumentos tanto na proporção retida pelos próprios quadros rurais nordestinos (de 34% para 36%), como na migração intra-regional para os quadros urbanos (de 32% para 36%).

Estima-se que o percentual atinente à retenção rural se tenha elevado em todos os Estados, exceto no Maranhão. É possível que a maior frequência de secas tenha concorrido para que tal retenção se tivesse mostrado menor durante os cinqüenta, na quase totalidade dos Estados nordestinos. É interessante ressaltar, a propósito, que no Rio Grande do Norte, nas Alagoas e em Pernambuco, cujos quadros rurais apresentaram, nos anos cinqüenta, diminuta ou quase nula capacidade potencial de retenção, tenha-se verificado, nos anos sessenta, importante recuperação nesse índice (embora bem menor em Pernambuco do que nos dois outros Estados). No Maranhão, a queda havida na sua capacidade relativa de retenção rural refletiu-se em elevação tanto na importância relativa das emigrações rurais para fora do Nordeste, como para os quadros urbanos do próprio Estado ou de outros Estados da Região.

Com exceção da Paraíba, caiu, entre os anos cinquenta e os sessenta, nos demais Estados, a importância relativa do fluxo de população potencialmente natural de quadros rurais que migrou para fora da Região. As reduções mais significativas verificaram-se nas Alagoas (de 72% para 28%), no Rio Grande do Norte (de 42% para 18%) e, menos expressivamente, em Pernambuco (de 46% para 37%) e no Ceará (de 25% para 16%).

3.3 — Sub-Regiões de Emigração e Imigração

A fim de poder observar com maior acuidade as tendências da distribuição na população no vasto e heterogêneo espaço regional, considera-se uma partição do Nordeste em dezoito sub-regiões (vide Gráfico). Estas, a não ser por ajustamentos que se fizeram necessários para destacar o fato urbano-metropolitano, ou para fazer coincidir e evitar o fracionamento das microrregiões que as integram, correspondem às de uma divisão regional preliminarmente sugerida por ANDRADE (17), com base em critérios que procuram atender a homogeneidade das características físico-naturais de cada um desses espaços e a adaptação das funções econômico-sociais rurais e urbanas a tais características.

A adoção dessa classificação apresenta dupla vantagem. Por um lado, evita que se venha a perder bastante da visão de conjunto das tendências migratórias, como ocorreria se se adotasse uma divisão territorial extremamente detalhada (caso da divisão microrregional). Permite, por outro, que as observações sejam feitas segundo unidades razoavelmente amplas, mas que não apresentem a heterogeneidade que prevalece em classificações feitas a partir de critérios fundamentalmente administrativos (divisão estadual).

Ao mesmo tempo em que a observação de fenômeno a nível dessas sub-regiões possibilita conhecer melhor a distribuição espacial da população nordestina, deve servir como um primeiro passo no sentido de subsidiar esforços que se venham a desenvolver com o objetivo de analisar os principais fatores e circunstâncias determinantes ou vinculados a essa distribuição. Considerando as transformações, modernizações e desequilíbrios associados à

(17) Relatório preliminar preparado por Manoel Correia de Andrade para o Mestrado de Desenvolvimento Urbano/UFPE, — 1a. Etapa da Pesquisa "Guia para Introduzir Planejamento Urbano nas Cidades de Pequeno e Médio Portes no Nordeste"; datilografado, Recife, junho de 1977. Por falta de espaço, deixa-se de incluir aqui a relação das microrregiões que integram cada uma dessas sub-regiões. Sugere-se, para conhecer tal relação, consultar o trabalho do qual o presente artigo constitui um resumo.

crescente articulação do sub-sistema sócio-econômico nordestino com o centro hegemônico sediado no resto do País — que não se devem refletir com igual intensidade sobre o espaço regional — admite-se que a observação da intensidade migratória a nível de unidades de áreas que guardam, internamente, maior homogeneidade física, social e econômica, deve permitir não só uma melhor percepção do fenômeno mas, igualmente, a formulação mais consistente de hipóteses explicativas e maior segurança no que concerne a ações que venham a ser empreendidas sobre o espaço regional.(18)

A Tabela 7 apresenta os resultados (em milhares de pessoas) das estimativas realizadas quanto às variações migratórias totais e dos quadros rurais das várias sub-regiões durante os anos cinquenta e sessenta. Importa chamar logo a atenção que a discriminação das várias sub-regiões já se apresenta segundo uma classificação que leva em conta o fato de as mesmas terem ou não se caracterizado, em ambas as décadas, por imigração (valores positivos) ou de emigração líquida (valores negativos).

Observa-se que, no primeiro destes casos, apenas se incluíram as três Regiões Metropolitanas e a Guiana Maranhense, embora nesta última área a imigração líquida tenha caído de quase 170 mil pessoas, nos anos cinquenta, para menos de 10 mil pessoas, nos anos sessenta. Quase todas as demais sub-regiões foram áreas que apresentaram emigração líquida tanto no primeiro como no segundo decênios do período 1950/70. As duas exceções referiram-se ao sul da Bahia e ao Médio São Francisco: enquanto a primeira deixou de ser área de imigração líquida e passou a ser de emigração, na segunda deu-se o contrário.

Assim, os elementos contidos na tabela evidenciam que não só as três Regiões Metropolitanas passaram, cada uma, a absorver, na segunda década do período em análise, quantidade líquida maior de migrantes do que nos anos cinquenta, como também que o conjunto delas passou a assumir impor-

(18) Cabe chamar a atenção sobre a cautela ainda maior que se deve ter com respeito às estimativas que serão apresentadas. Baseiam-se, exclusivamente, na aplicação das taxas de crescimento natural (a partir dos resultados estaduais) aos efetivos presentes em início do período nas várias sub-regiões, obtendo-se por dedução entre estes resultados e os dados sobre população presente ao final de cada período as parcelas de crescimento atribuíveis à migração. Na realidade, as estimativas obtidas para o crescimento natural do conjunto das várias sub-regiões mostraram-se, em cada período, superiores em cerca de 10% às que disseram respeito ao conjunto dos Estados. A fim de manter compatíveis as duas estimativas, eliminou-se o referido excedente, com base no critério de distribuir proporcionalmente a diferença segundo os efetivos presentes nas várias sub-regiões.

TABELA 7
NORDESTE
Variações Migratórias Totais e dos Quadros Rurais, por Sub-regiões - 1950/60/70
(Mil Pessoas)

Discriminação	Ambos os Quadros		Quadros Rurais	
	1950/60	1960/70	1950/60	1960/70
I SUB-REGIÕES DE IMIGRAÇÃO LÍQUIDA EM AMBAS AS DÉCADAS				
– Guiana Maranhense	167,4	7,5	157,9	–52,2
– Metropolitana Fortaleza	117,7	173,2	–22,2	–34,5
– Metropolitana Recife	142,5	189,4	–40,5	–55,6
– Metropolitana Salvador	130,5	191,4	–15,2	–6,2
II SUB-REGIÕES DE EMIGRAÇÃO LÍQUIDA EM AMBAS AS DÉCADAS				
– Meio Norte	–19,0	–309,0	–118,1	–525,7
– Ceará e Oeste Potiguar	–250,7	–270,0	–308,0	–308,8
– Cariri	–149,7	–39,1	–149,7	–66,9
– Chapadas Ocidentais	–105,6	–61,5	–112,1	–70,4
– Sertão Nordestino	–374,9	–46,0	–486,1	–243,9
– Chapada Diamantina	–246,6	–69,7	–268,6	–94,8
– Agreste Oriental	–402,2	–394,8	–484,3	–469,8
– Litoral Mata Oriental	–82,5	–122,2	–232,1	–331,5
– Baixo São Francisco	–6,4	–27,8	–8,1	–22,9
– Litoral Sergipano e Norte Baiano	–56,0	–48,0	–73,1	–90,5
– Agreste Baiano	–173,4	–212,0	–307,9	–320,3
– Recôncavo da Bahia	–81,5	–155,0	–93,3	–130,0
III SUB-REGIÕES DE EMIGRAÇÃO LÍQUIDA OU IMIGRAÇÃO LÍQUIDA EM UMA DAS DÉCADAS				
– Médio São Francisco	–35,5	65,9	–40,8	23,0
– Sul da Bahia	–97,3	–128,7	–16,9	–160,6
IV TOTAL LÍQUIDA	–1.325,7	–1.256,9	–2.619,1	–3.041,6

tância relativa maior dentro do Nordeste quanto ao aspecto da absorção de migrantes. Foram, na última década, praticamente as únicas sub-regiões com respeito as quais se verificaram saldos consideráveis de emigração líquida.

Por outro lado, o Agreste Oriental, o Meio-Norte, o Ceará e o Oeste Potiguar e o Agreste Baiano destacaram-se, no período 1960/70, como as sub-regiões que, em números absolutos, mais liberaram população.

Restringindo a observação exclusivamente aos quadros rurais, é possível verificar que, na década 1950/60, apenas os da Guiana Maranhense haviam apresentado imigração líquida, enquanto que, na década 1960/70, este fenômeno restringiu-se apenas à sub-região do Médio São Francisco. Convém notar ademais, que, no caso da Guiana Maranhense, a absorção havida nos anos cinquenta teria ocorrido, basicamente, nos quadros rurais, ao passo que a do Médio São Francisco, nos anos sessenta, foi uma ocorrência que correspondeu, em maior proporção, a um fenômeno urbano. Na realidade, no decênio 1960/70, nenhum dos espaços em que se dividiu a Região assumiu, de um ponto de vista quantitativo, maior importância como absorvedor de migrantes em quadros rurais.

Sob o ângulo da emigração rural, os maiores quantitativos corresponderam, na última década, em ordem decrescente de importância, às sub-regiões do Meio-Norte (cerca de 17% do somatório das emigrações líquidas dos quadros rurais), do Agreste Oriental (15%), do Ceará e Oeste Potiguar (13%), do Litoral e Mata Oriental (11%) e do Agreste Baiano (10%). Da observação dos elementos contidos na Tabela 7, também cabe destacar: a) os elevadíssimos acréscimos que passaram a se registrar nas emigrações rurais do Meio-Norte, do Sul da Bahia e, em menor escala, do Ceará e Oeste Potiguar, do Litoral e Mata Oriental e do Recôncavo Baiano; b) o declínio da emigração rural do Cariri, das Chapadas Ocidentais e, principalmente, do Sertão Nordestino; c) a constância que prevaleceu, ao longo de todo o período 1950/70, no volume da emigração rural do Agreste Oriental e do Agreste Baiano.

A Tabela 8 destaca as 18 sub-regiões do Nordeste segundo a sua capacidade de reter parcelas equivalentes ao incremento natural dos respectivos efetivos totais e rurais presentes em início de período. Dita capacidade corresponde, em outras palavras, ao percentual calculado entre o incremento líquido decenal observado e o incremento natural estimado para a população presente em início do mesmo período.

O confronto entre esses índices e os que se referem à década 1950/60 anterior revela ter-se elevado, entre os anos cinquenta e os anos sessenta, de

TABELA 8
NORDESTE
 Capacidade Relativa de Retenção do Incremento Natural da
 População Presente em Início do Período – 1950/60/70
 (Em %)

DISCRIMINAÇÃO	Ambos os Quadros		Quadros Rurais	
	1950/60	1960/70	1950/60	1960/70
I – SUB-REGIÕES DE IMIGRAÇÃO LÍQUIDA EM AMBAS AS DÉCADAS				
– Guiana Maranhense	185,6	103,2	194,9	74,8
– Metropolitana de Fortaleza	185,6	179,0	48,0	31,8
– Metropolitana de Recife	156,9	152,9	–2,1	–37,9
– Metropolitana de Salvador	192,2	177,5	22,9	75,4
II – SUB-REGIÕES DE EMIGRAÇÃO LÍQUIDA EM AMBAS AS DÉCADAS				
– Meio-Norte	97,2	68,4	78,4	30,7
– Ceará e Oeste Potiguar	62,7	67,0	43,3	38,6
– Cariri	21,4	80,8	–3,4	54,1
– Chapadas Ocidentais	39,8	70,1	–27,2	59,7
– Sertão Nordestino	37,3	93,1	–1,3	50,1
– Chapada Diamantina	21,2	82,2	–1,5	70,0
– Agreste Oriental	30,0	44,3	–3,8	12,3
– Litoral Mata Oriental	83,3	82,1	24,7	13,0
– Baixo São Francisco	79,6	34,3	55,4	5,4
– Litoral Sergipano e Norte Baiano	59,9	69,3	18,0	1,7
– Agreste Baiano	63,3	87,7	20,8	35,0
– Recôncavo Baiano	44,6	19,6	5,0	–8,9
III – SUB-REGIÕES DE EMIGRAÇÃO LÍQUIDA OU DE IMIGRAÇÃO LÍQUIDA EM UMA DAS DÉCADAS				
– Médio São Francisco	66,2	152,4	47,8	125,2
– Sul da Bahia	150,3	60,2	88,4	26,6
IV – TOTAL	75,9	82,6	34,4	36,6

76% para 83% a capacidade de retenção populacional do conjunto das 18 macrorregiões(19). Nos anos cinquenta foram dez, ao invés de quatro, as áreas que apresentaram capacidade de retenção populacional inferior a duas terças partes dos respectivos potenciais de crescimento natural. Incluíam-se então, também, como sub-regiões de forte evasão populacional o Ceará e Oeste Potiguar, o Litoral Sergipano e Norte Baiano, as Chapadas Ocidentais, o Sertão Nordestino, o Cariri e a Chapada Diamantina. É possível que a elevação ocorrida nos anos sessenta quanto à capacidade relativa de retenção populacional de várias dessas sub-regiões, cujos casos mais expressivos são os do Sertão Nordestino (de 37% para 93%), do Cariri (de 21% para 81%), da Chapada Diamantina (de 21% para 82%) e das Chapadas Ocidentais (de 40% para 70%), tenha muito a ver com a menor intensidade e frequência das secas que assolaram essas porções semi-áridas da Região durante o período mais recente.

Mesmo o Agreste Oriental, a despeito de sua baixa capacidade de retenção demográfica (30%, nos anos cinquenta, e 44% nos anos sessenta) e o Médio São Francisco, onde outros fatores devem ter contribuído ponderavelmente para o espetacular aumento ocorrido no seu índice (de 66% para 152%), não devem ter ficado imunes a essa influência: todas são áreas cujas capacidades relativas de retenção também aumentariam nos quadros rurais. Algumas dessas sub-regiões (Cariri, Sertão Nordestino, Chapada Diamantina e Agreste Oriental) haviam chegado mesmo a apresentar, no decênio 1950/60, valores negativos com respeito à relação em comentário, indicativos das reduções então havidas nos próprios estoques da população rural que nelas se achavam presentes no início do referido período.

Causa espécie, porém, o fato de o Ceará e Oeste Potiguar, que se sabe ser uma das áreas também mais afetadas pelas secas, não haver apresentado comportamento semelhante. Conquanto a sua capacidade relativa de retenção populacional tenha subido de 63% para 67%, entre os anos cinquenta, e os anos sessenta, isto decorreu do aumento verificado especificamente nos seus quadros urbanos.

A relação calculada a nível dos quadros rurais dessa sub-região não só se mostrou bastante elevada durante o período 1950/60 (43%) — o que é tanto mais estranho quando comparada às que corresponderam, nesse mesmo período, aos quadros rurais de suas congêneres semi-áridas — como também, ao contrário do que seria de esperar, chegou a decrescer na década 1960/70, situando-se num nível (39%) bem inferior aos que foram estimados, nos anos sessenta, para as áreas acima aludidas.

(19) Conquanto o somatório desse conjunto não corresponda ao total do Nordeste, por incluir fluxos entre as sub-regiões.

A menos que seja efeito de uma fortíssima distorção incidente especificamente sobre as estimativas feitas, a nível da sub-região do Ceará e Oeste Potiguar — embora possível, e pouco provável na dimensão em que o viés se está fazendo sentir — é difícil, neste trabalho, poder chegar a uma explicação convincente das razões.

Quanto às demais sub-regiões, cabe referir que as três metropolitanas apresentaram, no período 1960/70, capacidades relativas de retenção demográfica diminuídas, conquanto ligeiramente, nos casos de Fortaleza e Recife, e um pouco mais fortemente, no de Salvador. Dada a importância relativamente diminuta que representam os contingentes residentes nos quadros rurais dessas áreas, tais resultados refletem basicamente o que se verifica a nível dos quadros urbanos. No caso da Região Metropolitana do Recife, o fato de a capacidade de retenção relativa dos seus quadros rurais ser negativa, e de tal característica vir-se intensificando ao longo do tempo, deve refletir a incorporação crescente de suas exíguas áreas rurais aos quadros urbanos em expansão. Já os quadros rurais da Região Metropolitana de Salvador aumentaram sua capacidade relativa de reter população: o recente desenvolvimento dessa Região Metropolitana, com a conseqüente valorização dos terrenos urbanos, deve constituir um dos elementos explicativos da tendência algo mais acentuada de sua população (possivelmente a de menor condição econômica) localizar-se nas ainda existentes áreas rurais circundantes.

Do exame da Tabela 8, também são ocorrências dignas de nota:

- a queda observada na capacidade relativa de retenção populacional das duas sub-regiões que se situaram na porção mais ocidental do Nordeste — Guiana Maranhense e Meio-Norte — queda esta que é tanto mais relevante por refletir também a substancial redução ocorrida no indicador especificamente atinente aos quadros rurais;

- o fato de ter-se mantido estável e a nível alto a capacidade relativa de retenção populacional do Litoral e Mata Oriental como um todo (82% a 83%), não obstante os baixos níveis e as sensíveis reduções que se verificaram nessa capacidade a nível específico dos quadros rurais (25% em 1950/70 e 13%, em 1960/70). A existência nessa área de uma malha urbana mais densa e que inclui algumas das principais capitais de porte médio do Nordeste (João Pessoa, Natal e Maceió), deve contribuir para que essa sub-região ainda não se tenha destacado como área de forte potencial emigratório;

- a elevação no indicador referente à sub-região do Litoral Sergipano

e Norte Baiano (de 60% para 69%), que reflete o fato de os quadros urbanos ali também terem mais do que compensado o substancial declínio verificado na já por si baixa capacidade relativa de retenção dos quadros rurais. Esta, realmente, tornou-se quase nula, tendo diminuído de 18% para menos de 2%. Trata-se, como a anterior, de uma área que se destaca pela evasão de população rural e por quadros urbanos que, à semelhança dos do Litoral e Mata Oriental, também devem estar submetidos a uma forte pressão demográfica;

— a forte deterioração na capacidade relativa de retenção populacional das sub-regiões do Baixo São Francisco e do Recôncavo Baiano, tanto a nível global como, especificamente, dos quadros rurais respectivos. Entre os anos cinquenta e os anos sessenta, o Recôncavo Baiano teve essa capacidade — já baixa, acrescente-se — diminuída de 44% para apenas 20%, e o Baixo São Francisco, ainda mais espetacularmente, de 80% para 34%. No que tange especificamente aos quadros rurais, os do Baixo São Francisco tiveram o indicador em comentário reduzido de 55% para apenas 5%, enquanto que os do Recôncavo Baiano que, na década 1950/60, já quase nada retinham do crescimento natural dos efetivos demográficos presentes (capacidade relativa de apenas 5%), passaram a perder, na década 1960/70, parte do seu próprio estoque de população (capacidade negativa de 9%). É possível que a pecuarização que se vem praticando nessas áreas, em substituição (como é o caso do Recôncavo) das tradicionais lavouras canavieira, fumageira e de subsistência, que absorviam muita mão-de-obra, venha a explicar ponderavelmente a evasão rural que nelas se está registrando. Também a modernização do sistema de transportes, com alteração, inclusive, do traçado da rede viária, tem reduzido e/ou transferido para outras cidades a importância anteriormente assumida por alguns centros comerciais e de prestação de serviços do Baixo São Francisco. O mesmo é possível dizer, até certo ponto, com respeito a cidades do Recôncavo, que parecem vir perdendo para a própria Salvador certas funções de abrangências local e sub-regional anteriormente exercidas por delegação desta metrópole.

Uma outra forma de apresentar a intensidade relativa da absorção ou repulsão demográfica de uma área é através da propensão a migrar. Esta corresponde à proporção da população residente em início do período que ingressou (propensão a imigrar) ou que deixou a área durante um intervalo de tempo considerado (propensão a emigrar). Como conceito, apresenta a vantagem de ter um conteúdo probabilístico mais explícito (notadamente quando se trata de propensão a emigrar) a ser de mais fácil percepção. (20)

(20) Ver, a propósito, Tabah, Leon & Cosio, Marie-Eugenie, "Mesure de la migration interne au moyen des recensements", *Population*, INED, ano 25, no. 2, março-abril 1970, pp. 303-346.

TABELA 9
NORDESTE
Propensão (Líquida) a Migrar dos Quadros Rurais e Importância Relativa da Migração
Sobre o Incremento Urbano das Sub-Regiões — 1950/1970

SUB-REGIÕES	Propensão a Migrar dos Quadros Rurais (%)		% do Incremento Migratório sobre Incremento Urbano Total	
	1950/60	1960/70	1950/60	1960/70
— Guiana Maranhense	41,7	-7,4	24,7	66,9
— Meio-Norte	- 7,5	-26,4	42,6	49,4
— Metropolitana Fortaleza	-17,5	-23,4	59,6	55,2
— Ceará e Oeste Potiguar	-19,1	-21,0	30,8	39,2
— Cariri	-34,8	-15,7	24,2	22,4
— Chapadas Ocidentais	-26,9	-15,7	24,2	22,4
— Sertão Nordestino	-29,2	-14,7	49,0	52,9
— Médio São Francisco	-15,7	7,7	17,0	55,4
— Chapada Diamantina	-28,0	-9,9	31,4	24,8
— Agreste Oriental	-27,4	-26,9	43,2	30,3
— Metropolitana Recife	-30,6	-42,3	46,5	43,5
— Litoral Mata Oriental	-19,9	-26,7	44,6	41,1
— Baixo São Francisco	-11,8	-29,0	17,0	55,4
— Litoral Sergipano e Norte Baiano	-23,6	-27,8	25,4	39,8
— Agreste Baiano	-21,9	-21,5	61,8	39,9
— Metropolitana Salvador	-21,3	-8,2	54,4	47,1
— Recôncavo Baiano	-26,2	-36,0	71,7	23,4
— Sul da Bahia	-3,2	-24,3	71,7	23,4
NORDESTE	-19,8	-20,8	46,1	42,5

Seria ocioso voltar a descrever os níveis e as variações observadas nas propensões a migrar estimadas para as diversas sub-regiões do Nordeste, porquanto já ficaram implícitos no tratamento dado às respectivas capacidades relativas de retenção populacional. Cabe tão-somente apresentar os resultados, o que se faz na Tabela 9 com respeito a cada um dos decênios em observação.

Um outro elemento que também consta da referida Tabela concerne à importância relativa direta do componente migratório sobre o crescimento da população urbana de cada uma das áreas, nas duas décadas sob observação.

No caso das zonas de imigração, resulta de certa forma óbvio o fato de ter aumentado na Guiana Maranhense e no Médio São Francisco, entre as duas décadas, a importância direta assumida pela migração sobre o respectivo crescimento urbano. Como se sabe, ambas são áreas que ainda apresentam baixo grau de urbanização, tratando-se, a primeira delas, de sub-região onde passou a prevalecer, na última década, substancial migração interna rural-urbana e, a segunda, de área onde o ingresso de população foi mais expressivo nos quadros urbanos. Ao contrário do que ocorrera nos anos cinquenta, a participação migratória sobre o crescimento urbano passou, portanto, a ser majoritária tanto na Guiana Maranhense como no Médio São Francisco.

Porém, o que parece de maior interesse ressaltar com relação às demais áreas de imigração refere-se às Regiões Metropolitanas. São as áreas urbanas e de imigração por excelência do Nordeste. Entretanto, elas vêm-se caracterizando por incrementos das suas respectivas populações urbanas, que mais e mais se mostram ponderados pelo componente autônomo. Observa-se ser tal ocorrência ainda mais marcante no caso de Salvador e, principalmente, no de Recife, nos quais já foram minoritárias, na última década, as participações diretas do componente migratório sobre o crescimento urbano respectivo (isto também já ocorrera na do Recife durante os anos cinquenta). Conquanto se deva ressaltar que a Região Metropolitana de Fortaleza ainda apresenta crescimento demográfico urbano majoritariamente representado por impacto migratório direto, cabe frisar que esta participação também vem tendendo a cair. Tais resultados coincidem com os que foram obtidos anteriormente para os Estados nordestinos mais populosos e mais urbanizados, significando que todas essas áreas já estariam contando com um potencial majoritário de crescimento demográfico autônomo.

Ao estender tal observação à sub-região do Litoral e Mata Oriental (exclusive Região Metropolitana do Recife), onde é mais densa e melhor

estruturada a rede urbana da Região (grau de urbanização de 54%, em 1970), também se verifica a mesma tendência. Não obstante tratar-se de área que se caracterizou, em ambos os decênios, por uma forte emigração rural e por uma fraca emigração líquida total — a evidenciar, portanto, significativa capacidade de retenção populacional nos quadros urbanos — a contribuição relativa diretamente decorrente da migração sobre o crescimento da sua população urbana, que já tinha sido minoritária durante os anos cinquenta, reduziu-se mais ainda nos anos sessenta, tendo baixado de 45% para pouco mais de 40%.

Quanto ao Litoral Sergipano e Norte Baiano, sub-região que apresentou as mesmas características do Litoral e Mata Oriental, e cujo grau de urbanização se lhes é apenas ligeiramente inferior, a participação direta da migração sobre o crescimento urbano do período, apesar de minoritário (como no caso anterior), cresceu de 25% para 40%.

Com relação às sub-regiões classificadas nos demais grupos, as quais apresentaram, em 1970, graus de urbanização inferiores a 50%, verificou-se que a participação relativa do componente migratório sobre o crescimento urbano diminuiu de importância no Agreste Oriental (de 43% para 30%), no Recôncavo da Bahia (de 72% para 23%), no Cariri (de 24% para 22%), na Chapada Diamantina (de 31% para 25%), nas Chapadas Ocidentais (de 24% para 22%), no Agreste Baiano (de 62% para 40%) e no Sul da Bahia (de 72% para 23%). É de notar que essa participação, em todas elas, já se mostrou minoritária.

Em vários destes casos, sobretudo nos do Recôncavo Baiano, do Agreste Oriental, do Agreste Baiano e do Sul da Bahia, tratam-se de áreas de forte ou mediana evasão populacional, pelo que o declínio observado está diretamente associado à queda na própria capacidade de retenção migratória por parte dos respectivos quadros urbanos. Especula-se com a possibilidade de que isto esteja refletindo um determinado momento de evasão populacional dos quadros agrícolas dessas áreas, quando se estariam fazendo sentir pressões sobre o seu meio urbano até mesmo mais intensas, na margem, do que as que estariam ocorrendo sobre as cidades do Litoral e Mata. Cabe, portanto, chamar a atenção de que não se deve confundir o tipo de redução observada na participação do componente migratório sobre o crescimento urbano dessas áreas com aquela que se identificou a nível das sub-regiões mais urbanizadas. De qualquer modo, porém, são tendências que se somam no sentido de imprimir ao crescimento urbano regional um conteúdo autônomo de importância crescente.

4. Sumário e Considerações Finais

4.1 — O ritmo de crescimento líquido da população nordestina elevou-se de 2,1% a.a. para 2,4% a.a. entre os anos cinquenta e sessenta, não obstante a Região ter continuado a perder população para o resto do País com intensidade absoluta (1.324 mil pessoas)-quase igual à do decênio anterior (1.377 mil pessoas).

4.2 — Apesar de terem deixado de atuar muitos dos fatores atrativos que contribuíram para elevar substancialmente o ritmo da emigração nordestina durante os anos cinquenta, a persistência e exacerbação de fatores expulsivos atuantes a partir das próprias áreas nordestinas de origem, aliadas à superação de certos obstáculos que podem intervir sobre a mobilidade geográfica, devem ter muito a ver com o fato de o nível absoluto da emigração regional não haver descido, ao final da década 1960/70, aos níveis anteriores a 1950.

4.3 — Simultaneamente, a emigração líquida dos quadros rurais do Nordeste aumentou, em termos absolutos, entre os dois últimos decênios, tendo-se elevado de 2.644 mil pessoas para cerca de 3.055 mil. Considerando a já mencionada estabilidade do fluxo emigratório líquido de nordestinos para o resto do País, percebe-se o fato de ter passado a recair mais sobre os quadros urbanos da própria Região a responsabilidade de absorver os excedentes líquidos da população rural. Elevou-se, entre as duas últimas décadas, de 1.266 mil para 1.730 mil o número absoluto das pessoas que compuseram o efetivo líquido que migrou dos quadros rurais para as cidades e vilas da própria Região.

4.4 — Os fluxos rurais-urbanos intra-regionais correspondem, basicamente, a deslocamentos a curtas distâncias, de natureza mais intra-estadual. Devem ser empreendidos por pessoas que, ao serem expelidas dos quadros rurais de origem, não dispõem de meios para superar as principais dificuldades que se antepõem a uma migração a mais longa distância, seja para outras regiões do País, seja para os quadros urbanos dos próprios Estados nordestinos mais desenvolvidos.

4.5 — A acentuação ocorrida no volume dos fluxos migratórios rurais-urbanos intra-estaduais associa-se também ao fato de as áreas rurais do Maranhão terem deixado de absorver migrantes do resto do Nordeste. Talvez que o rápido processo de apropriação e estruturação do sistema de posse e uso das terras maranhenses que foram rapidamente ficando à retaguarda da frente de expansão agrícola, combinado à introdução da pecuária em grandes

fazendas e associado à exaustão de terras livres para a prática, nas zonas pioneiras, de uma agricultura nômade, extensiva e fortemente exigente de novas áreas, tenha rapidamente limitado as possibilidades de absorção de migrantes pelos quadros rurais daquele Estado.

4.6 — Cabe também salientar que, culminando uma tendência que se vinha esboçando Censo após Censo, quase todos os Estados já chegaram, em 1970, a apresentar proporções maiores e crescentes dos seus naturais ausentes residindo fora da Região do que em outros Estados do próprio Nordeste. Ao mesmo tempo que isto deve estar denotando uma maior integração do mercado de trabalho nacional, não deve também deixar de estar refletindo a saturação que se deve verificar a nível regional. Cabe acrescentar que os indivíduos que se deslocam a mais longas distâncias constituem, geralmente, um contingente positivamente seletivo (quanto a níveis de educação formal, treinamento e experiência em serviço, capacidade física, idade, agressividade em relação ao mercado de trabalho, etc) em comparação com os que se deslocam intra-estadualmente.

4.7 — Embora tenha aumentado a participação dos fluxos migratórios intermunicipais sobre os contingentes dos quais se originam, os incrementos da população presente nos quadros urbanos da Região como um todo vêm-se explicando em proporções cada vez menores por impactos diretos dessa migração rural (46% e 42% nos anos cinquenta e sessenta, respectivamente). Isto significa dizer que os aumentos na população urbana vêm crescentemente decorrendo do próprio potencial de crescimento autônomo dos efetivos já residentes nos quadros urbanos, efetivos estes que continuamente se fortalecem, é óbvio, por efeito de migrações passadas. A aludida queda na contribuição direta da migração para o crescimento urbano do Nordeste vem se verificando mais sensivelmente naqueles Estados e/ou áreas mais populosas e/ou já mais urbanizadas do Nordeste, como são os casos dos Estados de Pernambuco, Bahia, Ceará, Paraíba, das sub-regiões do Agreste e do Litoral e Mata Oriental e, especialmente, das áreas urbanas nordestinas por excelência, isto é, as Regiões Metropolitanas do Recife, Salvador e Fortaleza.

4.8 — A fim de poder examinar com maior acuidade as tendências de distribuição da população no vasto e heterogêneo espaço regional, adotou-se uma divisão do Nordeste em 18 sub-regiões que apresentam relativa homogeneidade quanto às características físico-naturais e funções econômico-sociais urbanas e rurais atinentes a cada uma delas. Desse exame, destaca-se, entre outros, o fato de que as áreas onde ocorreu absorção líquida de migrantes nordestinos durante o decênio 1960/70, foram apenas as três Regiões Metro-

politanas e, em plano bastante secundário, a do Médio São Francisco. A propósito, importa também salientar que a sub-região da chamada Guiana Maranhense, que havia sido nos anos cinquenta a principal área de absorção (sobretudo em quadros rurais), deixou praticamente de exercer tal função. O mesmo é extensivo à sub-região do Sul da Bahia. Todas as demais sub-regiões consideradas apresentaram-se, em ambos os decênios observados, como áreas de emigração líquida.

4.9 — A partir dessas e de outras constatações a que se chegou ao longo do trabalho, é possível especular e tecer algumas considerações sobre a evolução e tendência da distribuição espacial da população nordestina. Em primeiro lugar, não cabe esperar que, a prazos médio ou curto, haja desaceleração no ritmo de crescimento líquido da população presente na Região. A menos que se intensifiquem as migrações de nordestinos para o resto do País, é bem provável ocorrer, nas próximas décadas, elevação do ritmo de crescimento da população natural do Nordeste a estar presente na Região. Como se sabe, embora tenha havido, durante a década dos cinquenta, queda até expressiva com respeito à mortalidade, os novos níveis, a partir daí, passaram a decrescer mais lentamente, sendo elevados ainda o bastante para que possam ocorrer, a prazo relativamente curto, reduções sensíveis nessa variável e efeitos significativos sobre a taxa de crescimento natural da população nordestina. Quanto à fecundidade, cuja maior estabilidade temporal é notória, de há bastante tempo vem, no Nordeste, mantendo-se constante e a níveis dos mais elevados registrados no País.

4.10 — Importa também salientar que os quadros urbanos do próprio Nordeste deverão continuar assumindo responsabilidade crescente sobre a absorção dos incrementos nos efetivos populacionais da Região. Não obstante, a fim de qualificar e situar melhor a real intensidade do problema urbano regional, considere-se que se se houvesse mantido, na década 1960/70, a taxa mais baixa verificada no período 1950/60 para a retenção no campo do incremento ocorrido na população presente em quadros rurais — e admitida a hipótese de que nenhum migrante adicional fluísse para fora da Região — as cidades e vilas do Nordeste teriam sido pressionadas a receber quase 200 mil migrantes a mais do que o fizeram. Mesmo assim, a importância direta do componente migratório sobre o crescimento demográfico urbano teria se elevado para apenas 44%, isto é, teria continuado minoritária e pouco superior aos 42,5% estimados para o decênio 1960/70.

4.11 — Para que o componente migratório pudesse ter continuado, nos anos sessenta, a participar desse crescimento urbano com os mesmos 46,1%

verificados nos anos cinquenta, teria sido necessário que o campo nordestino tivesse deixado de absorver 335 mil pessoas a menos do que fez entre 1960 e 1970, ou seja, que a sua taxa de retenção caísse para apenas 29% do respectivo incremento natural estimado. Ainda assim, o estoque de população presente no campo teria crescido de 1,4 milhão de pessoas e os quadros rurais teriam contado, em 1970, com um efetivo presente superior em quase 4 milhões de pessoas ao dos quadros urbanos (16,0 milhões, respectivamente). Como se vê, o "reservatório" de migrantes ainda conta com fortes potenciais de suprimento para as áreas urbanas. Se é pretensão evitar que se exacerbe o crescimento urbano regional, faz-se necessário ter sempre em vista, não há dúvida, um posicionamento racional no que concerne a quaisquer das transformações e modernizações (desejadas e necessárias) a imprimir ao setor rural nordestino, evitando-se, por exemplo, que a introdução indiscriminada de tecnologias expulsoras de mão-de-obra, que a protelação de reformas institucionais conducentes a permitir o acesso à terra a número mais amplo de agricultores, ou que a pecuarização indiscriminada e "capital-intensive" de antigas áreas de lavoura ou das frentes de expansão agrícola venham a obstar a absorção de mão-de-obra no campo e a gerar transferências ainda maiores de população para os quadros urbanos. Contudo, o que se intentou, através dos exercícios aritméticos empreendidos, foi chamar a atenção sobre o fato de que, sem dissociá-la do contexto rural em que se acha inserida, a realidade urbana nordestina, pelo menos em termos demográficos, já deve ser considerada segundo uma dinâmica que já se auto-reforça.

4.12 — Um ponto que também cabe salientar é que o Nordeste conta hoje com um grau de liberdade a menos no que tange a estratégias de redistribuição populacional. O deslocamento de população para as terras úmidas do Maranhão — uma solução natural à qual tem recorrido as populações das zonas semi-áridas afetadas pelas secas e que tem sido uma opção implícita ou explicitamente considerada em discussões sobre as estratégias do desenvolvimento regional — parece ter deixado de ser uma solução exequível, pelo menos dentro do marco institucional vigente quanto às possibilidades de acesso a essas terras.

4.13 — Alude-se também freqüentemente a outras áreas do País (Regiões Norte e Centro-Oeste) como novos vazios a povoar com os excedentes populacionais do resto do País (inclusive do Nordeste), seja como escape para migrações espontâneas, seja à base de colonização dirigida ou ainda, de grandes módulos rurais (inclusive macrofúndios para viabilizar uma agricultura "moderna" voltada para os mercados externos). Cabe alertar sobre o risco de que aí se torne a repetir a experiência maranhense no que tange à exaustão da

função absorvedora que as áreas de fronteira devem assumir. Tal função, no Maranhão, foi por demais breve, não tendo durado mais de duas décadas, sem que se possa considerar, dentro da dimensão demográfica regional, como significativo, o "quantum" absorvido: o número líquido de 250 mil pessoas que se estima ter correspondido ao mesmo durante todo o vintênio 1950/70, é simplesmente inferior à média de população que, para um único ano desse mesmo período teria sido liberada pelos quadros rurais de todo o Nordeste.

Abstract: This work presents the net variations on the migration movement during the last two decades in their many directions: inter-regional; among different states of a same region; among urban centers and among homogeneous sub-regions. The study tries to show reasonable information about the migration movement on the Northeast of Brazil in order to get some insight on the evolution and distribution of the northeastern population. Some interesting conclusions are obtained in this article: a) the migration flux is decreasing in respect to spacial distance; b) the most important urban areas of the region are increasing their population mainly due the growth of their own population than due the migration movement; c) the metropolitan areas are almost the only centers of absorption of the net migration flow; d) the rural areas of Maranhão that are known as agricultural frontiers seems to be reached the limit of their absorption capacity. The author presents also other minor conclusions as well as some hypothesis about the problem.

